



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

Acesso ao mercado de trabalho: O caso das pessoas com deficiência mental

Diana Sofia Santos França Figueira

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Sociologia: Exclusões e Políticas Sociais
(2º ciclo de estudos)

Orientadora: Prof^a. Doutora Catarina Sales de Oliveira

Covilhã, Outubro de 2012

Resumo

O presente estudo é uma investigação sobre o acesso das pessoas com deficiência mental no acesso ao mercado de trabalho. Partimos do pressuposto de que esta realidade, muitas vezes, acarreta um conjunto de problemas, incapacidades e falta de apoio para a concretização de uma vida em igualdade de oportunidades e condições.

Esta investigação pretende contribuir para o conhecimento do modo como a nossa sociedade se encontra organizada, colocando grande enfoque nos fatores sociais e estruturais, direcionados para as pessoas com deficiência, partindo das teorias desenvolvidas pelos estudos realizados no âmbito das ciências sociais e humanas, numa tentativa de conceptualização mais aprofundada da questão da exclusão e inclusão de pessoas portadoras de deficiência mental no mercado de trabalho.

O nosso objetivo de estudo consistiu num grupo de 16 pessoas com deficiência mental às quais se efetuou entrevistas semi-estruturadas.

As principais conclusões apontam para que apesar da existência de cursos específicos de formação profissional para estas pessoas, para que possam desenvolver mais competências, os resultados pós formações não é o desejável, contudo todas as pessoas devem integrar de forma ativa o mercado de trabalho de modo a obter a sua autonomia, até porque esta autonomia torna-se também uma aquisição de estatuto social.

O que se verificou é que apesar de as pessoas com deficiência mental acharem importantes estas formações, a realidade é que elas não têm o verdadeiro impacto que se deseja. Não só a crise dificulta o acesso ao mercado de trabalho, mas também a perceção do estigma e baixas expectativas da sociedade em geral em relação a si.

Palavras-Chave

Deficiência Mental; Incapacidade, Exclusão Social; Integração Social; Mercado de Trabalho; Formação Profissional.

Abstract

The present study is an investigation about the access of people with mental disabilities in accessing employment. We assume that this situation often leads to a set of problems, inabilities and lack of support for a life of equal opportunities and conditions.

This research aims to contribute to the knowledge of how our society is organized, putting a strong focus on social and structural factors connected to this citizens, linking theories already developed for studies in the social sciences and humanities, conceptualising more deeply the exclusion and inclusion issue of people with mental disabilities in the labor market.

The aim of our study consisted of a group of 16 people with mental disabilities, to which was made semi-structured interviews.

The main conclusions show that, despite the existence of specific courses of professional training for these people, so they can develop more skills, the aftermath is not the desirable one, however, all people should actively integrate the labor market in order to obtain their independence, because autonomy also becomes an acquisition of social status.

What we found is that, although people with mental disabilities find important these formations, the reality is that they have no real impact in their lives. Not only does the crisis hinders access to the labor market, but also the perception of stigma and low expectations of society about themselves.

Keywords

Mental disabilities, Disability, Social Exclusion, Social Integration, Labor Market, Vocational Training.

Índice

Introdução	1
Parte I - Enquadramento Teórico	
Evolução do conceito e da interpretação da deficiência	4
Para uma Sociologia da deficiência	9
Características da sociedade Portuguesa face à deficiência	11
Direitos sociais, civis e políticos	13
Exclusão e inclusão social das pessoas com deficiência	16
Políticas sociais de apoio às pessoas deficientes	20
Mercado de trabalho	23
Parte II - Investigação Empírica	
Modelo de Análise	29
Metodologia da investigação Empírica	30
Hipóteses de Trabalho	32
Instrumento de recolha de dados	33
Descrição dos dados recolhidos	35
Emprego pelos cursos de formação profissional	36
Apoios de inserção no mercado de trabalho	37
Os efeitos da crise económica atual na sua inserção	37
A perceção da sociedade e do mercado de trabalho	38
Desemprego e inserção	39
Trabalho protegido	39
Importância dos cursos de formação profissional	40
Apoios das associações	41
Análise dos dados recolhidos por confronto com as hipóteses de trabalho	42
Considerações finais	45
Bibliografia	47
Anexos	52

Lista de Tabelas

Tabela 1: Perspetivas dos dois Modelos sobre a Deficiência	7
Tabela 2: Classificação Internacional - OMS	8
Tabela 3: Características dos diversos tipos de deficiência	12
Tabela 4: Benefícios de inclusão de pessoas portadoras de deficiência nas empresas	26
Tabela 5: Fatores em destaque da não inclusão de pessoas portadoras de deficiência	27
Tabela 6: Sugestões de inclusão de pessoas portadoras de deficiência nas empresas	28

Introdução

A presente dissertação resulta de uma investigação que procurou analisar a realidade social do cidadão portador de deficiência mental, explorando os problemas, incapacidades e falta de apoios que enfrentam no que diz respeito à concretização de tarefas básicas diárias, especialmente a desigualdade de ofertas e oportunidades no acesso ao mercado de trabalho.

Neste sentido, é fundamental que os estudos sobre a deficiência sejam abordados sob uma perspectiva mais crítica, pois atualmente a sociedade ainda insiste em discriminar e excluir o ser humano com limitações, bem como o seu potencial laborativo.

Todos devem partilhar da mesma igualdade de direitos e deveres no seio da sociedade, sendo fundamental que sejam criadas condições para que cada um possa exercer as suas funções sem barreiras socialmente construídas, uma vez que quem transporta consigo algum tipo de deficiência encontra-se em desvantagem devido a mecanismos de exclusão social.

Discutir sociologicamente o conceito de pessoa portadora de deficiência torna-se complexo, visto que acarreta tremendas implicações reais e simbólicas, sem esquecer que numa sociedade capitalista e capacitista, esta condição implica, à partida, desvantagem social. A realidade é complexa, mas simultaneamente crucial, pois a essência da condição humana quando encarada na perspectiva do modelo biopsicossocial de interpretação da deficiência diz-nos que a incapacidade não é específica de um grupo minoritário, mas sim uma experiência humana universal. (OMS, 2004)¹

É importante referir que, nas últimas décadas, alguns autores acabaram por questionar a centralidade do trabalho na vida e integração pessoal, contudo, outros autores como Freire (2000) destacaram que o trabalho continua a ser um fator, por excelência, de uma vida autónoma e de inclusão social, assumindo “um lugar importante como atividade humana e como realidade social, devido à sua frequência e relevância na vida das pessoas” (Giordano 2000:50).

Integrar, de forma ativa, o mercado de trabalho, é obter autonomia, até porque esta autonomia torna-se também em estatuto social, como defende Capucha (2003), sendo condição de acesso a um conjunto de direitos e de suporte para a construção de projetos futuros.

As relações de trabalho não se resumem à relação bilateral ente empregado e entidade patronal, estas relações devem ser entendidas através de um quadro mais amplo, uma vez que o trabalho tem importância na vida pessoal e social dos indivíduos, influenciando a própria auto-estima. O trabalho e a boa organização da sociedade ocidental acaba por assumir destacada importância para sujeitos portadores de deficiência. Existe a consciência de que as possibilidades de emprego são menores relativamente aos outros cidadãos, sendo assim considerado um bem de difícil acesso e, conseqüentemente, mais valorizado.

¹ OMS (2004) Disponível em <http://www.inr.pt/uploads/docs/cif/CIFport%202004.pdf>

Acesso ao mercado de trabalho: O caso das pessoas com deficiência mental

Será assim pertinente aumentar o conhecimento sobre a condição social destas pessoas, tendo em consideração que, o reduzido conhecimento existente, fragmentado e inconsistente, reforça os preconceitos, estereótipos e outras atitudes negativas, socialmente estabelecidas.

Apesar da crescente importância que a sua integração tem adquirido no contexto das políticas inclusivas e de promoção da igualdade de oportunidades, é indispensável verificar qual a relevância e o real impacto dos programas de apoio à inserção no mercado de trabalho, visando facultar oportunidades para adquirirem autonomia, sustentabilidade e integração, assim como mostrar capacidades e competências na realização de tarefas. Neste sentido, surge o paradoxo de existir diversos programas de apoio, mas pouca avaliação dos seus impactos.

Esta investigação pretende assim contribuir para o conhecimento do modo como a nossa sociedade se encontra organizada, colocando grande enfoque nos fatores sociais e estruturais direcionados para as pessoas com diagnóstico de deficiência, tentando ir além da mera deficiência enquanto doença e incapacidade, numa tentativa de conceptualização da questão da exclusão e inclusão no mercado de trabalho.

Por último, é particularmente pertinente refletir sobre o atual momento sócio-económico que atravessa o País e perceber de que forma a situação de crise e de desemprego se reflete nesta parcela da população, já anteriormente em risco de exclusão.

Neste sentido, as perguntas centrais que propomos explorar são: a formação profissional para pessoas com deficiência apresenta-se como fator essencial para sua inclusão no mercado de trabalho, numa sociedade ocidental? São realizadas avaliações sobre os resultados obtidos após a formação profissional?

Ao longo desta dissertação tentarei explorar as questões referidas anteriormente, recorrendo à literatura existente e ao trabalho de campo realizado com um grupo de pessoas portadoras de deficiência que frequentam, ou já frequentaram, programas de formação profissional de apoio à inclusão no mercado de trabalho.

A dissertação está organizada em duas partes. Na primeira apresenta-se o enquadramento teórico, faz-se uma exploração conceptual e histórica do modo como a deficiência tem sido abordada no âmbito da Sociologia, tendo em consideração as perspetivas que vão ao encontro da problemática aqui proposta. Assim, no primeiro capítulo é inicialmente abordada a evolução do conceito e da interpretação da deficiência, caracterizando-a com recurso aos diferentes paradigmas, como o modelo médico, o modelo social e o modelo biopsicossocial. O segundo capítulo faz referência às teorias existentes no âmbito da Sociologia da deficiência, abordando algumas questões essenciais para a compreensão da temática. O terceiro capítulo foca-se nas principais características da sociedade portuguesa face à deficiência, apresentando os direitos sociais, civis e políticos dos cidadãos, os fatores de exclusão social e quais os processos de inclusão, direcionando a análise para as políticas sociais de apoio e, por fim, caracterizando o mercado de trabalho português, com especial destaque para a formação profissional existente. Em 2010, segundo

Acesso ao mercado de trabalho: O caso das pessoas com deficiência mental

os dados apresentados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), 60 milhões de pessoas com deficiência e com disponibilidade para trabalhar, encontrava-se desempregada, sem qualquer tipo de incentivo e apoio na sua inserção no mercado de trabalho.

A segunda parte da dissertação é composta por três capítulos, onde é apresentada o modelo de análise, as metodologias de investigação empírica e os resultados do trabalho de campo, explorando as narrativas das pessoas entrevistadas e respetiva análise. No último capítulo desenvolvem-se algumas considerações finais e uma breve reflexão metodológica.

Parte I - Enquadramento Teórico

1. Evolução do conceito e da interpretação da deficiência

Compreender o que se entende por deficiência é o ponto central deste capítulo, uma vez que este termo tem vindo gradualmente a substituir outros usados para designar as pessoas com alguma anomalia, seja física, sensorial ou mental. Considerando a definição da Organização Mundial de Saúde (OMS, 1986), deficiência é toda a perda ou anormalidade de uma função psicológica, fisiológica ou anatômica, de modo provisório ou definitivo. Também as incapacidades podem ser caracterizadas, tanto pelos excessos, como pelas insuficiências nos comportamentos e desempenhos das atividades quotidianas, de modo temporário ou irreversível.

Segundo Casanova (2008), e de acordo com os paradigmas teóricos atuais do modelo social e da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde², não se fala apenas em deficiência, mas sim em deficiências e incapacidades, propondo como perfil da mesma, a observação de uma relação direta entre a ocorrência de uma alteração ao nível das funções do corpo e a verificação de incapacidades na atividade.

A falta de uma definição clara de “deficiência ou incapacidade” tem sido apresentada como um impedimento para a promoção da saúde de quem a sente. Neste sentido, a Organização Mundial de Saúde (OMS)³ considera essencial distinguir ambas, contextualizando a deficiência como uma restrição, ou a falta de capacidades, para desenvolver habilidades consideradas normais para o ser humano. Já a incapacidade é considerada como uma desvantagem individual, resultante do impedimento ou da deficiência, que acaba por limitar, ou até mesmo impedir, o cumprimento e desempenho de um papel social, podendo este ser temporário ou permanente.

A palavra deficiência encontra-se normalmente associada ao conceito de *handicap*, isto é, existe a ideia de que a deficiência se encontra sempre relacionada com desvantagens e obstáculos, sendo perceptível a quantidade de barreiras e dificuldades que estas pessoas defrontam, sobretudo na sua inserção no mercado de trabalho.

A existência de medidas que ajudem na sua inclusão e motivação é essencial, designadamente através da criação de um conjunto de condições físicas, como infraestruturas adaptadas e programas de apoio específicos, por exemplo ao emprego, de forma a facilitar a sua integração na sociedade.

Estas pessoas, tal com qualquer outro cidadão, devem ter igualdade de direitos e oportunidades no que diz respeito à saúde, educação e mercado de trabalho, para que

² CIF (2001) Disponível em <http://www.inr.pt/content/1/55/que-cif>

³ OMS (2008) Disponível em <http://www.scielosp.org/pdf/rbepid/v11n2/14.pdf>

Acesso ao mercado de trabalho: O caso das pessoas com deficiência mental

possam alcançar a realização de uma vida autónoma e social. O mercado de trabalho torna-se a principal fonte de integração e autonomia, sendo necessário que haja, por parte das empresas empregadoras, vontade de mudança, tendo em consideração as suas capacidades e habilidades, não se restringindo apenas às características e exigências pré-estabelecidas.

Quando a temática é a deficiência, deve-se ter em conta que doença ou incapacidade não é uma característica de um grupo minoritário, mas uma condição que, todos nós, mais tarde ou mais cedo, encaramos no nosso percurso de vida, e é nesse sentido que se torna importante desmistificar este conceito. Contudo, a perspetiva do modelo biopsicossocial, que considera o problema da deficiência como resultado de uma ligação entre fatores pessoais e contextuais, tanto da envolvente física, como da social e cultural, não se deve apresentar como a “perspetiva certa”.

Será importante fazer referência à evolução histórica do conceito de deficiência, pois este, enquanto construto social, tem conhecido uma progressão que incorpora e operacionaliza modelos conceptuais e de intervenção diversos. (Sousa, 2007)

Abordando inicialmente o modelo médico vigente na década de 70, observamos que, historicamente, a deficiência foi reduzida às incapacidades do corpo, e neste sentido permaneceu individualizada e medicalizada, uma vez que a ideia de deficiência se centrava essencialmente na ideia de anormalidade, diferença e incapacidade.

As propostas teóricas deste modelo, segundo Veiga (2003) são baseadas na crença de que a deficiência é de estrito âmbito individual, sendo as suas causas eminentemente de natureza biológica. Considera-se que os problemas que emergem estão nas pessoas, independentemente do contexto social em que se encontrem inseridas. O modelo médico vê-as assim como doentes que necessitam de tratamento e cura para se tornarem pessoas normais, pois segundo Barnes (2005), as pessoas com deficiência foram claramente vistas como transgressoras e os seus corpos encarados como algo que necessitava de ser regulado e normalizado. A sua adaptação só seria possível através de uma intervenção médica, acreditando que esta seria capaz de produzir a cura.

Desta forma, e apenas motivados ao nível das alterações ocorridas na condição biológica, ignoravam as causas sociais que lhes poderiam estar associadas. Estas pessoas, quase sempre inativas, tinham assim que se adaptar por si próprias a um meio que não tinha em conta as suas necessidades, criando barreiras de participação na sociedade e condicionando toda a sua vida no quotidiano (Martins, 2010), proporcionando uma falsa avaliação das suas incapacidades, bem como as suas habilidades. (Veiga, 2003)

A evolução da medicina preventiva e o surgimento de alguns movimentos sociais corroboravam a necessidade de mudar o paradigma das questões da deficiência e “a evolução registada a partir de meados do século XX assinala e introduz uma mudança com uma passagem das práticas tradicionais de inspiração assistencialista e de carácter reparador, associadas ao modelo médico da deficiência, para uma abordagem estruturada em políticas baseadas no reconhecimento e na garantia dos direitos, inspirados no modelo social da deficiência” (Sousa, 2007:39)

Acesso ao mercado de trabalho: O caso das pessoas com deficiência mental

Direcionado para uma perspectiva mais social e política, o Modelo Social vigente na década de 80 pretende criar igualdade de oportunidades e eliminação de barreiras, desenvolvendo a sensibilidade de promoção de cidadania e da inclusão de todos os cidadãos, defendendo “a importância dos fatores atitudinais e ambientais, argumentando que estes se encontram organizados de uma forma hostil, condicionando o fracasso da sociedade em se adaptar às pessoas com deficiência” (Nunes e tal, 2011)

Neste sentido, a perspectiva deste modelo afirma a deficiência como exterior ao indivíduo e não uma característica unicamente individual. Baseia-se essencialmente nos direitos dos cidadãos, tentando, deste modo, eliminar as inúmeras barreiras que impedem a respetiva inclusão social. (Martins, 2010)

A deficiência encontra-se relacionada com as condições sociais e económicas, sendo mediada por elas, tornando-se numa construção social, resultando da evolução da sociedade atual. Segundo Veiga (2003), o conceito de deficiência passou a associar-se ao conceito de desvantagem social, e as limitações nas atividades passaram a ser endereçadas à sociedade, que por seu lado não se encontra organizada de modo a suprimir as insuficiências destas pessoas. O modelo social transformou a deficiência numa questão mais social e política, acabando por diferenciar o que se entende por deficiência e incapacidade, sendo assim responsável por considerar mudanças nas vidas destas pessoas, mas também considerado limitado e dicotómico como o modelo médico, pois “baseia-se excessivamente nas ideias de racionalidade e de progresso dos conhecimentos” (Veiga, 2003:206)

A sociedade ao longo dos tempos vem defendendo a filosofia da igualdade de direitos sociais para todos os cidadãos, acreditando que os direitos estabelecidos pertencem a todos, mas não é a isso que assistimos no nosso quotidiano, principalmente quando encontramos inúmeras barreiras que condicionam grupos minoritários como as pessoas portadoras de deficiência, de desempenharem as suas atividades individuais e sociais.

Apesar de se salientar a importância da filosofia da igualdade de direitos sociais, o que realmente observamos são práticas assistencialistas para com as pessoas com deficiência.

Tendo em conta as passagens de paradigma pelo modelo social e biopsicossocial, estas não foram suficientemente marcantes, uma vez que as práticas assistencialistas mais direcionadas para o modelo médico continuam a fazer-se notar na nossa sociedade, defendendo que as pessoas com deficiência são pessoas a quem é preciso prestar assistência, não existindo a perspectiva de mudança nas condições dos indivíduos. Neste sentido, os órgãos governamentais devem tomar medidas de forma a sensibilizar a sociedade sobre os problemas destas pessoas quanto aos seus direitos, às suas necessidades e potencialidades, e o seu próprio contributo laboral. Estas tentam reduzir os principais problemas financeiros através de apoio direto e indireto, mostrando que as medidas a tomar devem assumir contornos prioritários ao nível da sua inserção sócio-profissional, apesar dos diversos diplomas legais que têm vindo a ser implementados visando o propósito acima referido.

Acesso ao mercado de trabalho: O caso das pessoas com deficiência mental

Tabela 1: Perspetivas dos dois Modelos sobre a Deficiência

	Modelo Médico	Modelo Social
Problema	Incapacidade Dependência das pessoas	Inadequação dos contextos às pessoas
Origem	Nas pessoas	Na sociedade
Focalização	Na pessoa / Nas suas limitações	Relação pessoa / contexto, nas barreiras sociais
Ética	Assistência	Direitos Igualdade de oportunidades
Objectivos	Reabilitar/ curar/ tratar	Habilitar, eliminar barreiras Promover a compatibilidade
Perspectiva	Necessidades especiais Serviços especiais	Necessidades diferentes Serviços regulares
Serviços	Institucionalizadas Rede de cuidados	Apoio baseado na comunidade
Poder/Controle	Profissionais	Clientes
Cultura	Disabling Manutenção e reforço da deficiência	Reconhecimentos e inclusão da diversidade
Objectivos das Políticas	Compensar os indivíduos pelas suas incapacidades	Promover direitos, recursos e competências para identificar e eliminar barreiras pessoais e sociais
Focalização das Políticas	Nos indivíduos Nas pessoas com deficiência	No grupo social Na população global
Responsabilidade	Política Social Welare provision	Políticas transversais Políticas sociais ativas

Fonte: Sousa, 2007:44

A nova classificação da Organização Mundial de Saúde situa a questão da deficiência, ora nos sujeitos, ora na sociedade, adotando uma perspetiva biopsicossocial, considerando o problema da deficiência como o resultado da dinâmica entre os fatores pessoais e contextuais de toda a envolvente social, cultural e física. Já a matriz ideológica dos dois modelos anteriormente referidos, encontra-se relacionada com as duas classificações formuladas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) onde o “ Modelo Médico corresponde à Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (ICIDH) e o Modelo Social corresponde à Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF)” (Sousa, 2007:46)

Tabela 2: Classificação Internacional - OMS

ICIDH (1980)	CIF (2001)
<p style="text-align: center;">Doença ou Perturbação ↓ Deficiência ↓ Incapacidade ↓ Desvantagem ↑ Fatores Pessoais</p>	<p style="text-align: center;">Condição Humana ↓ Estrutura / Funções ↓ Atividades ↓ Participação ↑ Fatores Ambientais / Pessoais</p>

Fonte: Sousa, 2007:46

A interação da realidade transmitida pelo modelo médico e o modelo social da deficiência, e a necessidade sentida de reconciliação destas duas abordagens, fez com que surgisse um novo modelo que abrange ambas as perspectivas, não se limitando apenas à questão do sujeito ou da sociedade, mas sim alargando-se a um panorama biopsicossocial.

A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde introduz assim uma nova mudança de paradigma, sintetizando o Modelo Médico e o Modelo Social. O novo Modelo Biopsicossocial vigente em 2001 não classifica a pessoa com deficiência, nem estabelece categorias de diagnósticos, focando-se essencialmente na interpretação das suas características, incluindo as estruturas e funções do corpo, juntamente com as funções psicológicas e a própria interação com o meio ambiente, enfatizando “a identificação das experiências de vida e das necessidades reais de uma pessoa, assim como, a identificação das características do seu meio circundante e das condições que precisam de ser alteradas para que a funcionalidade e participação possa ser otimizada” (CIF, 2001)

Este novo modelo vem perspectivar uma relação entre as condições de saúde e os fatores no contexto envolvente, contudo “esta conceção tem sido alvo de críticas por parte das pessoas portadoras de deficiência, uma vez que veio inverter o sentido social e relacional existente.” (Martins, 2010:27)

A organização da nossa atual sociedade deve ser marcada pela abertura espontânea à inclusão da diversidade e não a uma atitude social de tipo reparador de certas lacunas existentes. Deste modo, existe quem defenda que toda esta questão não se encontra bem explícita, referindo que não há nenhum modelo que explique, na íntegra, o modo como cada um desses modelos realmente opera. (Fontes, 2010)

Acesso ao mercado de trabalho: O caso das pessoas com deficiência mental

Por fim, Martins (2010) refere que o modelo atual, que se encontra inscrito na Agenda Social Europeia, tem como meta a inclusão social e a construção de uma sociedade inclusiva, o que implica a desestruturação e reestruturação dos paradigmas conceptuais existentes. Segundo Sousa (2007), o conceito de deficiência conheceu, ao longo dos tempos, uma grande diversidade e evolução conceptual, com visões e atitudes bastante diversificadas por parte da sociedade, passando por cinco estádios diferentes.

Rejeição - eliminação física ou outra forma de valor similar significando rejeição radical.

Aceitação Resignada/Afastamento Social - resignação perante a existência, com isolamento social por não se reconhecer a cidadania.

Atribuição de direitos mínimos/assistencialismo - reconhecimento do direito a uma cidadania, embora limitada e restrita, merecedora de apoios de carácter assistencial.

Reconhecimento dos direitos, da cidadania - coexistindo com políticas e práticas assistencialistas, não coerentes com o posicionamento ideológico do discurso.

Afirmação e implementação dos direitos - sociedade aberta e inclusiva, onde a diferença, a diversidade, é celebrada como um valor e os direitos constituem o referencial político fundamental.

2. Para uma Sociologia da deficiência

Os estudos sobre a deficiência nasceram nos anos sessenta do século XX, a partir da politização crescente e respetiva organização das pessoas portadoras da mesma. Estes estudos preconizam propostas teóricas que examinem os fatores sociais, políticos, culturais e económicos, ou seja, que sejam multidisciplinares.

Apesar da Sociologia contribuir muito pouco em termos de teoria sistemática e pesquisa para o estudo da deficiência, (Pereira, 2008) a recente tendência mostra estar mais consciente da perspectiva por parte das pessoas portadoras de deficiência e não focar apenas a perspectiva da sociedade, tentando assim construir opções teóricas que permitam avançar no seu debate. (Pereira, 2006)

A questão da deficiência surgiu relacionada a uma teoria materialista que defende a ideia de que existe exclusão social das pessoas com deficiência, uma vez que estas apresentam diferentes características corporais que transformam a sua imagem, acabando assim por serem associadas a uma situação de incapacidade e, conseqüentemente, dependência, onde a sua inserção social se torna praticamente nula.

Estas diferentes características corporais fizeram com que a questão da deficiência se encontrasse ligada à doença e, neste sentido, existe a medicina como forma de diagnosticar o problema e prosseguir para a sua cura.

Acesso ao mercado de trabalho: O caso das pessoas com deficiência mental

O teórico Talcott Parsons é um dos exemplos clássicos da abordagem da deficiência nestes moldes, reconhecendo a importância que a medicina tem na sociedade.

Vendo a deficiência como doença, Talcott Parsons descreve-a como algo de anormal e desestabilizador que acaba por tornar o indivíduo como ser improdutivo e dependente de terceiros, o oposto da sua definição de saúde, considerada como um estado normal e estável.

A influência deste teórico tornou-se bastante significativa para os estudos sobre a saúde e a doença, abordando estas através do Sick Role, que se prende com o padrão de comportamento que é esperado de alguém que se encontra doente, proferindo a doença como fenómeno social.

Tendo presente esta ideia, a deficiência é tida como desviante e, segundo Talcott Parsons, acaba por ameaçar o bom funcionamento do sistema, sendo necessário o controlo social aplicado através da medicina.

Prosseguindo na evolução temporal, o questionamento do modelo médico foi central para os estudos sobre a deficiência, pois para além de permitir questionar o poder da biomedicina, permitiu também olhar para o social como princípio de incapacidade e fonte essencial de exclusão (Pereira, 2006). Neste sentido, emerge o modelo social que se inspira bastante numa linha teórica mais marxista, que aborda outra perspectiva, mais direccionada para a deficiência como exterior ao indivíduo e não associada à doença.

Segundo Ivan Illich, a doença é causada por influências e desigualdades sociais, deste modo, os estudos sobre a deficiência distanciam-se da perspectiva do modelo médico, uma vez que não considera que seja produtiva a associação da doença com a deficiência e o enfoque na experimentação da incapacidade (Pereira, 2006)

Muitos dos sociólogos que estudam estes aspetos relativos à deficiência criticam o modelo médico e a sua abordagem, contudo, alguns estudiosos questionam o facto dos primeiros não terem colocado sempre em causa esse mesmo modelo. Assim sendo, em termos teóricos, a contribuição dada pelas primeiras organizações, criadas não só para as pessoas com deficiência, mas também constituídas por elas, foi muito importante, prevalecendo os estudos que colocam em causa desde o início o modelo médico defendido e não questionado até então. (Barnes, 2005)

Neste seguimento, a teoria fenomenológica surge mais direccionada para o modelo social. Esta teoria não associa a doença apenas e exclusivamente à medicina, ela defende que a doença remete para a forma como cada indivíduo a experimenta e o significado que lhe atribui, tendo presente a construção social do conceito, muito relacionado com o estigma.

Para Alfred Schutz, são os indivíduos que acabam por delinear a sua própria visão da realidade, observando a forma como a sociedade constrói e reconstrói o mundo em que vive, atribuindo-lhe significados.

As pessoas com deficiência vivem o seu dia-a-dia através da imagem e significado que se foi atribuindo à deficiência, muito ligada à invisibilidade social e à estigmatização. Deste modo, também a teoria pós-colonial é considerada uma das perspectivas importantes para olhar a questão, pois o seu enfoque consiste em dar visibilidade ao que foi silenciado, isto é,

referenciar e analisar o caso da discriminação que muitas pessoas sofrem diariamente devido a uma sociedade excludente (Sousa, 1999). É observável que as pessoas com deficiência deparam-se e tentam ultrapassar todos os dias estes *handicaps* e discursos que a modernidade foi construindo relativamente à sua condição.

Segundo Pereira (2006), ao analisar as formas como a modernidade afetou as pessoas com deficiência, é visível o modo como se foram construindo hierarquias artificiais e discursos que permitiram e justificavam a sua exclusão. A autora refere que este tipo de análise dever ser vista como um mecanismo teórico que nos permite perceber a forma como se constrói a exclusão e a marginalização, e ao fazê-lo, permite também pensar na forma como uma sociedade mais emancipada necessita inevitavelmente de incluir e ver estas pessoas como cidadãos de pleno direito, participantes integrais e agentes das suas próprias vidas.

Também Siebers (2006) defende que a questão da deficiência deve ter importância, porque é uma condição que pode surgir na vida de qualquer pessoa a qualquer momento da sua existência. A maioria de nós enfrentará, mais tarde ou mais cedo, uma ou outra forma de incapacidade, seja devido a um acidente, uma doença, ou até mesmo a velhice. Neste sentido tornar mais presente esta questão é fulcral para pensar numa sociedade mais emancipada e livre de formas de opressão, sendo de extrema relevância trazer a discussão sobre a deficiência para o âmago da teoria sociológica. (Santos, 2002)

Apesar de existirem várias perspetivas teóricas dentro dos estudos sobre a deficiência, todas elas tendem a convergir para o facto de ser imprescindível questionar o modelo que olha para a questão da deficiência como um *deficit* individual que pode ser remediado apenas através da intervenção médica ou da reabilitação.

Desta forma, como já foi referido anteriormente, os estudos sobre o tema preconizam propostas teóricas que examinem os fatores sociais, políticos, culturais e económicos, num contexto multidisciplinar. Pode-se dizer que as várias perspetivas trazidas pela sociologia e pelos estudos sobre a deficiência não são antagónicas, trazendo todas elas contribuições de extrema importância, possibilitando uma análise mais inclusiva duma questão, que é mutável e variável, sendo essencial pensar-se numa forma que possa contribuir para uma maior emancipação das pessoas com deficiências.

3. Características da Sociedade Portuguesa face à Deficiência

A atual sociedade em que vivemos apresenta-se diversificada em características e discursos, essencialmente quando a questão foca as pessoas portadoras de deficiência.

A nossa sociedade é “uma teia de interações complexas, orientadas por normas padronizadas, influenciadas pelo sistema de regras sociais vigente, que promove atitudes e modelos de comportamento estereotipados e preconceituosos a respeito da deficiência, onde a situação de desvantagem social tende a provocar a exclusão social destas pessoas”, (Veiga

Acesso ao mercado de trabalho: O caso das pessoas com deficiência mental

2003:209) criticando e desvalorizando todos aqueles que não conseguem ter uma vida considerada normal.

Tendo em conta que estamos num meio cada vez mais urbano, competitivo, superficial e individualista, assume-se que as pessoas com deficiência são socialmente inúteis, incapazes e improdutivas.

Todos nós temos características, sejam físicas ou de personalidade, sejam elas positivas ou negativas, assim como em excesso ou em falta. As pessoas com deficiência também as têm, tendo apenas a sobreposição das características físicas, sensoriais, motoras ou anatómicas, em especial as diferenças ou peculiaridades existentes nas mesmas.

Visando o estudo⁴ de Dias (2005), os dados da União Europeia em 2005 estimava-se que cerca de 10% da população da própria UE era portadora de alguma deficiência. Já em Portugal, e segundo os dados do INE relativos aos censos de 2001, as pessoas com deficiência representava 6.1% da população. O número de pessoas nesta condição, recenseadas em 12 de Março de 2001, cifrou-se em 634 408, das quais 333 911 eram homens e 300 497 eram mulheres (INE, Censos 2001), contudo, os números apresentados pelo Instituto Nacional de Reabilitação são diferentes, contabilizando cerca de 9.4% da população residente.

Este número apresenta-se bastante significativo, o que faz com que se comece a pensar em medidas e estruturas sociais que facilitem a vida das pessoas com deficiência no seu quotidiano, tendo como pressuposto as diversas características que afeta cada situação, uma vez que são um dos grupos mais heterogéneos e, deste modo, um dos mais complexos, pois a deficiência traz consigo um conjunto complexo de problemas variados, necessidades e capacidades distintas, sendo os seus limites de difícil medição.

Tabela 3: Características dos diversos tipos de deficiência.

Tipos de deficiência	Características
Física	Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física.
Visual	Redução na capacidade para ver imagens.
Auditiva	Redução na capacidade para ouvir sons, a qual varia em intensidade.
Mental	Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas.

Fonte: Manual do Instituto ETHOS “O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência.”

⁴ “Os cidadãos deficientes perante o risco da exclusão social e a oportunidade(s) de inclusão/inserção social”

Acesso ao mercado de trabalho: O caso das pessoas com deficiência mental

Focando a atenção na deficiência mental, que será a estudada nesta dissertação, abrange 0,7% da população segundo os dados do INE relativos ao Censos 2001.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (2004) a designação de deficiência mental é caracterizada pelos problemas que ocorrem a nível neurológico e levam a um baixo aproveitamento de capacidades, sendo assim um estado onde são visíveis algumas limitações funcionais consideradas abaixo da média.

A partir do século XX começou-se a estabelecer uma definição para a deficiência mental que, no entanto, apresenta controvérsias, não obstante os notáveis progressos nos conhecimentos teóricos e nas práticas reabilitativas verificadas. Segundo Silva e Dessen (2001), o rótulo de deficiente mental apresenta, por sua vez, uma dupla função, podendo determinar como a pessoa com deficiência mental vai se comportar na sociedade e, também, os padrões de conduta dos outros ao interagirem com esta pessoa.

Neste sentido, a heterogeneidade da deficiência mental acaba por revelar que se trata de um problema considerado multideterminado e multidimensional, que tem tido avanços realizados no domínio do conhecimento sobre a temática de forma lenta, mas progressiva.

Uma outra noção construída socialmente e que merece ser destacada é o facto da deficiência, e essencialmente a deficiência mental, estar impregnada na própria noção e posição de desvio, presente nas práticas coletivas de convivência com as pessoas portadoras. A rejeição das pessoas com deficiência mental por parte da sociedade acaba por refletir a própria fragilidade social, uma vez que tudo o que é diferente e foge daquilo que consideramos normal, acaba por criar diversas reações.

3.1. Direitos sociais, civis e políticos

No seguinte ponto pretende-se focar quais os direitos de cidadania que fazem parte do quotidiano de todos os cidadãos, incluindo as pessoas com deficiência, salientando a importância que as políticas sociais acabam por ter na vida pessoal, social e cultural destas pessoas.

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948 surge um conjunto de direitos que se estendem a todos os cidadãos, como os Direitos Civis, em que todos devem ter direito à liberdade e segurança pessoal; à igualdade perante lei; à livre crença religiosa; à propriedade individual ou em sociedade; e o direito de opinião (Art. 3º ao 19). Direitos Políticos, relativos à liberdade de associação para fins políticos; direito de participar do governo; direito de votar e ser votado (Arts. 20 e 21). Os Direitos Económicos com o direito ao trabalho; à proteção contra o desemprego; à remuneração que assegure uma vida digna, à organização sindical; e direito à jornada de trabalho limitada (Arts. 23 e 24). E ainda os Direitos Sociais como o direito à

Acesso ao mercado de trabalho: O caso das pessoas com deficiência mental

alimentação; à moradia; à saúde; à previdência e assistência; à educação; à cultura; e direito à participação nos frutos do progresso científico (Art.25 ao 28).

Nem sempre as práticas correspondem ao idealizado e muitos destes direitos não se estendem a certas camadas populacionais devido a determinadas características e estereótipos que são criados e enraizados numa cultura que tende a desvalorizar, em vez de criar, as condições necessárias para que todos possam ser e viver em igualdade.

Centrando a seguinte abordagem no caso específico português, e tendo em consideração a nova constituição da República Portuguesa em 1974, aprovada em 1976, podemos analisar que foi necessário repensar na questão dos direitos, pois nem todos eram considerados dignos dos mesmos e assim, no seu artigo 71º foi produzida uma referência inequívoca às pessoas com deficiência, onde mostrava que as mesmas devem usufruir plenamente dos direitos e deveres consignados na Constituição, com ressalva do exercício ou do cumprimento daqueles para os quais se encontrem incapacitados.

Ainda nesta prossecução, o Estado obriga-se a realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles. (Martins 2010)

Apesar de se notar que há preocupação com a temática, na realidade a participação social e política das pessoas com deficiência, nomeadamente a utilização de informação, a discussão e capacidade de participação e decisão na sociedade em que vivem e sobre os problemas que lhes dizem diretamente respeito, continua a ser diminuta e fragmentada, fazendo surgir, deste modo, uma nova abordagem relacionada com a questão da deficiência “encontrando-se agregada ao conceito de Sociedade Inclusiva, movimento que tem conhecido uma notável mobilização social e política sendo a Declaração de Madrid⁵ um bom exemplo.” (Sousa, 2007:43)

A sociedade inclusiva, que faz parte de um movimento notável de mobilização social e político integrado na estratégia do Movimento de Vida Independente⁶, que radica num novo paradigma conceptual de deficiência, o chamado modelo social, tem como principal objetivo oferecer a igualdade de oportunidades para que cada pessoa seja autónoma e auto-determinada, reconhecendo que todos os seres humanos são livres e iguais, usufruindo do direito de exercer a sua cidadania.

⁵ **Declaração de Madrid - 23 de Março de 2002:** trata da inclusão de pessoas portadoras de deficiência na sociedade, dando ênfase aos temas: direitos humanos dos deficientes; igualdade de oportunidades; barreiras sociais que conduzem à discriminação e à exclusão; como pessoas com deficiência constituem um grupo diverso e emprego como fator-chave para a inclusão.

⁶ Surge nos anos 70 nos Estados Unidos da América lançando um novo modelo conceptual da deficiência chamado de Modelo Social, que vem romper com o Modelo Médico existente até à data.

Acesso ao mercado de trabalho: O caso das pessoas com deficiência mental

Segundo Martins (2010), enquanto problema social, a construção de uma sociedade inclusiva torna-se um imperativo ético orientado por ações de políticas sociais, sendo o cumprimento destes direitos de cidadania contributo vital para a qualidade social das pessoas com deficiência. Também para Sousa (2007) a deficiência desde logo se encontra vinculada com a questão dos direitos humanos, reclamando a garantia do acesso aos direitos como imperativo para as sociedades.

Neste sentido podemos então dizer que a questão da deficiência não afeta apenas as pessoas que apresentam algum tipo de deficiência, sendo também um problema de responsabilidade de toda uma sociedade que deve agir de acordo com as dificuldades que vão surgindo aos seus elementos, devendo desfazer barreiras e criar acessibilidades físicas, arquitetónicas e sociais que permitam uma integração plena na vida social, pois a deficiência é também um construto social, formulado por determinados critérios, como uma representação socialmente referenciada.

Para Sousa (2007) as pessoas com deficiência devem ter como direitos fundamentais o acesso à cidadania plena e a vida autónoma que assegura a opção com a finalidade da participação em condições de igualdade na sociedade, e a oportunidade de tomarem decisões autónomas e ativas acerca da sua forma de vida.

Atualmente ainda prevalece a ideia que estas pessoas devem ser asseguradas financeiramente pelo governo, assumindo-se este como o responsável pela sua autonomia e sustentabilidade, acreditando-se que deste modo se encontram protegidas contra os preconceitos e discriminações.

Segundo o Instituto Nacional de Reabilitação deve-se “prevenir e proibir a discriminação, direta ou indireta, em razão da deficiência, sob todas as suas formas, e sancionar a prática de atos que se traduzam na violação de quaisquer direitos fundamentais, ou na recusa ou condicionamento do exercício de quaisquer direitos económicos, sociais, culturais ou outros, por quaisquer pessoas, em razão de uma qualquer deficiência” (Martins, 2010:21)

Segundo a mesma autora, a realidade é que o apoio do governo português às pessoas com deficiência é quase nulo, mesmo com a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em Julho de 2009, onde o Estado Português se comprometeu a promover, proteger e garantir condições de vida dignas às pessoas incapacitadas em âmbitos muito concretos. No entanto, ainda se espera que a promoção dos direitos e da qualidade de vida destas pessoas seja um dos objetivos principais do Governo Português, após o lançamento da Estratégia Nacional para a Deficiência, com 133 medidas, envolvendo todos os Ministérios, concentrando-se em 5 eixos prioritários durante o triénio 2011/2013. (Diário da República, 2010)

Atualmente não existe publicamente avaliações intermédias que digam respeito a esta estratégia, contudo, acredita-se que apesar da mudança do Governo Português, esta continua a fazer parte dos objetivos a serem cumpridos.

3.2. Exclusão e inclusão social das pessoas com deficiência

Quando se fala em pessoas com deficiência deve-se ter em atenção que esta é uma questão que deve ser vista a partir de um ângulo social e cultural, não sendo possível continuar a fomentar paradigmas que a vêem como uma questão meramente individual e isolada. Na atualidade, a sociedade tende ainda a discriminar e a estigmatizar as pessoas que se apresentam como diferentes daquilo que é considerado normativo, neste sentido as pessoas com deficiência acabam por ser inseridas num grupo excluído socialmente.

Segundo Capucha (2003) a exclusão social é produzida porque a sociedade não oferece a todos os seus elementos a possibilidade de beneficiar e cumprir o que está estabelecido constitucionalmente, pois o exercício pleno da cidadania significa que, como elementos de uma sociedade, somos dotados de direitos políticos e civis, mas também temos garantias quanto à satisfação dos direitos inerentes à dignidade e necessidades humanas.

A exclusão surge deste modo com a agudização das desigualdades sociais, sendo uma realidade que surge nas próprias dinâmicas e instituições sociais, políticas e económicas, e também nas próprias estruturas mentais das pessoas que a sentem diariamente. Estas pessoas são desfavorecidas, resultado da dificuldade de integração ou de inserção, sendo impedidas de participar nos padrões de vida socialmente aceites.

A sociedade é baseada em padrões e valores, que a incapacitam de lidar com o que é considerado diferente, neste sentido, são os discursos apresentados na sociedade que acabam por influenciar as mentalidades formando imagens, ideias e opiniões, criando diversas representações sobre as pessoas com deficiência.

Segundo Ribas (1995), todo o indivíduo que não segue as normas e regras que se encontram pré-estabelecidas poderá ser estigmatizado, mas este estigma não está no sujeito ou na deficiência que ele apresenta, mas sim nos valores culturais estabelecidos pela sociedade que, categorizando as pessoas que escapam aos padrões normativos, afere-lhes determinados rótulos sociais, uma vez que os indivíduos entendem por normal aquele que não extrapola os limites determinados pela sociedade e que reflete os valores e condutas aceites pela maior parte da população. Neste sentido, o “processo de normalização de todos os aspetos da vida social durante os últimos séculos foi decisivo para a generalização da normalidade como ideal. (Miskolci, 2003:109)

Segundo as teorias desenvolvidas por Émile Durkheim, a normalidade representa, deste modo, o consenso social no que diz respeito a determinadas questões, onde os indivíduos acabam por se conformar com as regras já impostas e determinadas na sociedade. Os factos sociais acabam por existir e atuar sobre os indivíduos independentemente da sua vontade e consciência, uma vez que são impostos por mecanismos de coerção social.

Apesar de todas estas limitações que impossibilitam as pessoas com deficiência de ter uma vida considerada normal como o resto da população, a socióloga Marta Gil (2002)

Acesso ao mercado de trabalho: O caso das pessoas com deficiência mental

considera que a sua inclusão faz parte do compromisso ético por parte da sociedade, juntamente com as políticas sociais, de promover a diversidade, respeitar a diferença e reduzir as desigualdades. A inclusão social deve assim oferecer oportunidades de acesso a bens e serviços, dentro de um sistema que beneficie a todos e não apenas os mais favorecidos.

A sociedade deve adaptar-se à realidade de modo a incluir nos seus sistemas sociais pessoas que apresentem incapacidades e necessidades específicas e, simultaneamente, estas devem-se preparar para assumir os seus papéis na sociedade enquanto cidadãos.

Atualmente ainda se tende a criar estereótipos perante grupos excluídos, como é o caso das pessoas portadoras de deficiência, existindo a tendência destes assumirem muitas vezes esses estereótipos e estigmas, que por conseguinte causam uma baixa auto-estima e baixas expectativas futuras.

Segundo Neves et al. (2000), parte das atitudes mais negativas da sociedade leva a que a pessoa com determinado tipo de deficiência se reduza a essa própria deficiência, acabando por se auto-excluir e assumir tudo o que lhe é transmitido, deixando de exercer o seu papel social de indivíduo ativo e capaz, incorporando a falta de autonomia. Deste modo, acabam por ficar dependentes de terceiros sem questionarem as suas capacidades e direitos de participação no meio social.

Este facto torna-se de difícil contorno uma vez que estas tendem a auto excluir-se e, por outro lado, a própria sociedade tende a ter enraizada a perceção de que as pessoas portadoras de deficiência são socialmente inúteis, incapazes e improdutivas, não lhe conferindo os direitos que lhe pertencem. Assim, no que diz respeito à participação no mercado de trabalho, tornam-se um grupo com algumas diferenças notórias em relação ao resto da população, no entanto, as suas limitações nem sempre impedem, na maioria dos casos, de serem pessoas ativas e capazes de desempenhar um papel socialmente útil.

Segundo Pereira (2008) a forma como a sociedade constrói a noção de normalidade contribui decididamente para a forma como muitas pessoas se tornam excluídas, uma vez que a construção da pessoa com deficiência como inferior encontra-se relacionada, em certa parte, com a análise da diferença que estas apresentam no corpo ou na mente. A partir do momento que esta diferença passa a ser do âmbito exclusivo do discurso científico, o processo de intervenção e de medicação que se segue, deixa de proporcionar qualquer tipo de visão que não seja a da anormalidade.

Neste sentido, Veiga (2003) defende a ideia de que as representações sobre a realidade da deficiência apresentam diversos fatores que produzem imagens globalmente negativas das pessoas que as apresentam, que assim são vistas pelos outros apenas pelas suas características deficitárias. As representações sociais da deficiência são deste modo construídas através de mecanismos sociais de designação que tendem a reforçar os conceitos de normalidade e anormalidade já pré-estabelecidos.

Acesso ao mercado de trabalho: O caso das pessoas com deficiência mental

A sociedade frui de uma visão de indivíduo padronizada, classificando estes de acordo com essa mesma visão. Deste modo acaba por eleger um padrão de normalidade, não tendo em conta as diversas características e a heterogeneidade dos indivíduos que a compõem.

Numa perspetiva sociológica podemos encontrar várias conceções de normalidade, sendo este um conceito pouco objetivo que se encontra em relação com os valores dominantes, relações e tempo-histórico em que são feitas essas avaliações. O que se considera “ser normal” advém deste modo do comportamento aprovado por consenso generalizado no coletivo social e o conceito de anormal, por seu lado, o que merece a sua desaprovação.

É essencial que se perceba as características de um determinado caso de deficiência, pois conforme Pereira (2008), deve-se evitar as provocações e reações de incompreensão que levam a uma valorização da estigmatização, que tendo em conta os estudos de Goffman (1988) escondem duas realidades, se por um lado o sujeito estigmatizado considera que a sua diferença é conhecida e visível, trata-se de um indivíduo desacreditado, já quanto o sujeito em questão pensa que essa diferença não é conhecida, nem visível aos outros, trata-se de um indivíduo desacreditável. As pessoas com deficiência acabam por pertencer ao primeiro exemplo referenciado, apresentando dificuldades de ultrapassar barreiras de acesso, reforçando assim, de uma forma cumulativa, o efeito de fechamento para com a sociedade. Deste modo, a invisibilidade física das pessoas com deficiência reforça as regras da exclusão social, regras essas que “promovem a desvantagem cultural, influenciadas pelas atitudes e comportamentos de falta de confiança que as próprias denotam em relação a si mesmas e aos outros” (Veiga, 2003:135)

É legítimo afirmar nesta prossecução que a exclusão social também se dá pela construção cultural das pessoas com deficiência como vítimas e indesejadas, com discursos que se façam sedimentados para justificar a sua marginalização. A realidade é que este tipo de análise permite-nos perceber que é necessário a existência de uma sociedade mais emancipada, que possa incluir as pessoas com deficiência pois têm pleno direito e são participantes integrais, tal como agentes das suas próprias vidas. (Pereira, 2008)

Segundo Sasaki (1997) a sociedade necessita ser modificada de modo a entender as necessidades dos seus membros, refletindo sobre as políticas e projetos que possam objetivar a construção de uma cultura de direitos humanos, uma vez que a inclusão social tem como meta a promoção e consciencialização de toda uma sociedade relativamente à importância desses mesmos direitos.

Oferecer oportunidades de acesso a bens e serviços é essencial dentro de um sistema que beneficie todos os seus cidadãos, de modo a adaptar as suas estruturas e abrindo espaços conforme as necessidades específicas dos grupos, como o caso das pessoas com deficiência, de modo a que estas sejam capazes de interagir e integrar-se naturalmente na sociedade.

Assim sendo, é importante que se criem medidas que ajudem a sua inclusão e motivação, uma vez que estas, “dada a sua condição de incapacidade, não conseguem acesso aos meios para alcançar os objetivos legitimados socialmente, pelo que a condição de

Acesso ao mercado de trabalho: O caso das pessoas com deficiência mental

deficiência torna-se quase automaticamente sinónimo de desvantagem social”, (Veiga, 2003:127). É igualmente importante que a sociedade tome medidas para minorar a exclusão e discriminação das pessoas com deficiência, acabando por beneficiar, não só estes, como também outras camadas da população. (Pereira 2008)

Segundo Martins (2010) o trabalho para as pessoas portadoras de deficiência acaba por exercer, para além de fonte de rendimento, funções psicológicas e sociais muito importantes como forma de inclusão social.

Podemos observar que as pessoas com deficiência encontram-se muitas vezes em situações de privação, a vida destas encontra-se relacionada com a sua situação perante o emprego e a sua situação económica e social propendendo uma certa dependência de diversos subsídios, tornando-se assim as verbas disponibilizadas pela Segurança Social as principais procedências de rendimentos. Deste modo estas podem-se encontrar privadas de obter recursos necessários para ter uma vida considerada digna. A questão da privação encontra-se assim latente ao longo da vida destas pessoas.

Tendo em consideração as afirmações desta autora, a desqualificação e a desafiliação são uma consequência das situações de privação a que as pessoas com deficiência são expostas no seu quotidiano. Uma vez que a desafiliação encontra-se relacionada com a quebra dos laços sociais, que por sua vez contribui para a situação de exclusão, segundo alguns estudos, esta é uma realidade que infelizmente tende a acontecer. As pessoas com deficiência acabam por ter determinadas dependências e dificuldades, essencialmente na falta de condições de mobilidade. Isto impede que possam ter condições iguais às dos restantes cidadãos em termos de acessibilidades, em espaços públicos e privados.

Despontam também dependências, tanto a nível familiar como até institucional, o que causa um enredo complexo de situações. Contudo, é necessário ter em consideração que nem sempre as situações são de desafiliação, existindo o sentido oposto.

Segundo alguns profissionais de apoio, a proteção excessiva de algumas famílias para com as pessoas portadoras de deficiência e o próprio desconhecimento das capacidades que estas têm, acabam por funcionar como fatores de bloqueio que podem vir a inviabilizar uma situação de independência no futuro.

Em suma, torna-se perceptível que a participação de pessoas com deficiência na sociedade acaba por se manifestar de formas diversificadas, assim como por intensidades distintas, dependendo também das possibilidades de interação social que lhes são apresentadas.

A sua inclusão na sociedade é representada, muitas das vezes, através de associações e grupos específicos que juntam pessoas que partilham o mesmo problema. Estes surgem como forma de apoio e solidariedade, tendo em conta que detêm uma maior consciencialização e sensibilidade para encarar as questões da incapacidade e dos handicaps.

3.3. Políticas sociais de apoio às pessoas com deficiência

No seguinte ponto serão referidas algumas das políticas sociais de apoio às pessoas com deficiência, bem como a evolução destas ao longo dos anos. Neste sentido, entende-se a “política social como forma de atuação das políticas públicas com a finalidade de promover e garantir o bem-estar social, através da consagração de direitos sociais e das condições necessárias à sua realização em sociedade”. (Pereirinha, 2008:21)

Assim, a política nacional respeitante à reabilitação e integração de pessoas com deficiência é estabelecida pelos princípios que vigoram na Constituição da República Portuguesa e na lei nº38/2004, de 1818, que vem revogar a lei nº9/89 de 2/5. Assim, “a nova lei define as bases gerais do regime jurídico de prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência” (Dias, 2005:4).

A dignidade humana é enunciada como um fator inerente à própria condição humana, e é neste sentido que as pessoas com deficiência induzem uma vertente mais social no que é conhecido por Estado Social Democrático. Seguindo esta lógica, a categoria que diz respeito aos direitos sociais não põe de lado os direitos dos indivíduos com algum tipo de deficiência. Ao cidadão portador da mesma cabe um estatuto específico que passa por três pilares fundamentais tais como a igualdade de direitos; dever do Estado para com os cidadãos; dever do Estado em apoiar os movimentos associativos que surgem para apoio das pessoas com deficiência.

As características do Estado Providência português tiveram uma influência direta nas políticas de deficiência desenvolvidas desde os anos 70 do século XX.

As políticas sociais propriamente ditas iniciaram-se em Portugal através de uma lógica baseada no assistencialismo, essencialmente por parte da Igreja com a criação das misericórdias, ainda hoje existentes um pouco por todo o país. Contudo, a sociedade complexificou-se e com ela trouxe novas carências que precisavam ser tidas em conta. Assim sendo, foi através da implementação do Estado Providência no pós 25 de Abril que as políticas sociais ganharam um papel relevante nas políticas governativas.

Apesar de todos os esforços que se uniram neste sentido, estas medidas permaneceram de certa forma estagnadas em oposição a uma sociedade cada vez mais complexificada e em que os problemas sociais surgem todos os dias.

Também a sua falta de eficiência resulta “do baixo nível de proteções sociais de carácter não universal e dependente de diferentes regimes de segurança social” (Fontes, 2010:78)

Após a Revolução dos Cravos em Portugal, os apoios concedidos às pessoas com deficiência foram transferidos para a criação de Organizações Não Governamentais (ONG), nomeadamente a Cerci's e outras IPSS. Estas Organizações Não Governamentais abrangiam pessoas com diversos tipos de deficiências, bem como apoio de diversos âmbitos: jurídico,

Acesso ao mercado de trabalho: O caso das pessoas com deficiência mental

educação especial, formação profissional, auxílio residencial e domiciliário, emprego protegido e atividades profissionais.

É no governo liderado pelo Engenheiro António Guterres que as políticas sociais voltaram a ser alvo de grande atenção, nomeadamente no que dizia respeito à Segurança Social e à Ação Social, mas sempre de acordo com o modelo social europeu.

Analisando os dados da União Europeia em 2005, retira-se a informação de que a acessibilidade é apontada como um dos principais fatores para a integração destes indivíduos, na medida em que esta se torna imprescindível para a participação na vida social, económica e cultural de forma total. Existe um conjunto de novas técnicas que devem ser seguidas de modo a facilitar a integração de pessoas que apresentam condicionantes no que toca à mobilidade. Deste modo, a empregabilidade conduz, sem dúvida, a uma crescente integração positiva de pessoas com deficiência na sociedade civil, dando-lhes autonomia a nível financeiro, realização pessoal e formação contínua, levando a que estas pessoas exerçam o verdadeiro direito de cidadania.

Atendendo à presente realidade, é notório que existe durante as últimas décadas um período considerado rico na abordagem e tratamento da problemática da integração social e económica. É neste cenário que surge um conjunto diversificado de medidas de política social e programas como é o caso do Programa Pré-Profissional, que foi viabilizado “através do Despacho Normativo n.º 388/79, de 31 de Dezembro, emitido pelos Ministérios dos Assuntos Sociais, do Trabalho e da Educação, do V Governo Constitucional, presidido por Maria de Lourdes Pintasilgo” (Botelho, 2010:24). Este programa tinha como objetivo preparar para o mercado de trabalho os jovens que apresentavam algum tipo de deficiência. Outros programas foram surgindo, como por exemplo:

- Programa de ação comunitária para a reabilitação profissional de deficientes (1974)
- Programa de integração social dos deficientes (1981)
- Programas HELIOS (1988-91)
- Programa HELIOS II (1993-96)
- Plano Nacional de Emprego (1998)
- Programa de Qualificação de Pessoas com Deficiências e Incapacidades (2009)

É contudo necessário ter em conta que cada legislação adotada é moldada de acordo com a realidade económica e social vivida. As pessoas com deficiência podem beneficiar dos programas e medidas que são essencialmente concebidas a pensar nas suas especificidades. Lembremo-nos de que a 20 de Dezembro de 1993, foi consagrado na Assembleia Geral das Nações Unidas um conjunto de normas sobre a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência.

Atualmente tem-se em consideração que a integração e reconhecimento, não só individual, mas também coletivo, das capacidades e qualidades das pessoas com deficiência, passa em grande medida pelo exercício de funções e atividades sociais como o caso do emprego, sendo um direito humano fundamental onde “todo o ser humano tem direito ao

Acesso ao mercado de trabalho: O caso das pessoas com deficiência mental

trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego”⁷ (ONU, 1948)

Segundo os dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional (2005), e de forma a ajudar na inclusão das pessoas com deficiência, tem ocorrido uma forte aposta na sua formação profissional, sendo o investimento formativo mais direcionado à população com deficiência mental, “eventualmente detentora de menos capacidades académicas, promovendo-se por esta via a melhoria da sua competitividade face ao mercado de trabalho” (Fernandes, 2007:104). Neste sentido, e segundo a conceptualização da Associação Portuguesa de Deficientes, uma formação profissional adequada e planificada subentende o conhecimento continuado e atualizado das necessidades do mercado de trabalho.

Com o passar dos anos muitas foram as medidas adotadas e praticadas tendo em vista a proteção e integração de pessoas com deficiência na sociedade. Mas foi no ano 2000 que existiram maiores esforços a nível político como forma a fortalecer a política europeia que diz respeito à deficiência através do Tratado de Amesterdão e da Agenda 2000. Assim sendo, a sua ação direcionou-se essencialmente pela não discriminação, a promoção do emprego e a sua inclusão social, e é neste seguimento que o Tratado da União Europeia, que entrou em vigor em 1999, passou a ser a base das políticas comunitárias de apoio à deficiência.

Também acompanhada de uma maior consciencialização do problema, têm vindo a ser implementados diversos diplomas legais que visam uma integração mais plena de pessoas com deficiência. Neste sentido foi elaborado um Plano de Ação Europeu que previa a concretização de ações para melhorar a respetiva integração económica e social, baseando a sua estratégia em quatro pilares considerados fundamentais: O acesso ao emprego e a manutenção da vida ativa, incluindo a luta contra a discriminação; Acesso à educação e a formação ao longo da vida para reforçar a capacidade de inserção profissional e a cidadania ativa; Acesso às novas tecnologias para tornar as pessoas com deficiência mais autónomas; Acesso à acessibilidade dos edifícios públicos, a fim de se conseguir melhorar a participação no trabalho e a integração económica e social.

Tendo em conta o documento com as normas sobre igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência realizado pelas Nações Unidas em 1948, os Estados devem contemplar nos seus programas de ação as medidas destinadas à adaptação dos locais e dos postos de trabalho, tornando-os acessíveis a pessoas com diferentes tipos de deficiência; apoio à utilização de novas tecnologias e ao desenvolvimento e produção de ajudas técnicas, ferramentas e equipamento, bem como medidas que visem facilitar o acesso a tais meios técnicos e para que possam obter ou manter o emprego; formação adequada e serviços de colocação, e ainda apoio permanente como acompanhamento personalizado e serviços de intérpretes.

⁷ Expresso pelo Artigo XXIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Acesso ao mercado de trabalho: O caso das pessoas com deficiência mental

No que diz respeito às políticas de apoio para as pessoas portadoras de deficiência em Portugal, uma longa trajetória ainda continua por se fazer, uma vez que a grande parte das necessidades continuam por satisfazer.

A dimensão social é assim considerada importante na agenda política nacional e europeia, pretendendo uma visibilidade pública e impacto político que não tiveram em outras épocas. (Martins, 2010)

3.4. Mercado de trabalho

O exercício de uma atividade profissional constitui, para inúmeras pessoas, uma parte fundamental da vida, à qual é dedicada grande parte do tempo. Contudo, a integração no mercado de trabalho e o exercício de uma profissão não resulta apenas da vontade de cada indivíduo, também é necessário que o mercado de trabalho nos ofereça essa possibilidade.

Quando falamos de trabalho, é essencial ter presente a atual conjuntura económica e política. Portugal atravessa uma crise que influencia as condições de empregabilidade da população, atravessando também uma profunda e crescente crise nos sistemas de emprego, onde o funcionamento dos mercados de trabalho e o aumento das situações de exclusão social se encontram interligados. (Hespanha, 2008)

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) a situação do mercado de trabalho português é preocupante, uma vez que o emprego tem vindo a baixar desde 2000, enquanto o desemprego duplicou nos últimos anos.

Segundo Trevisan (2001) encontramos nos dias de hoje um mercado de trabalho cada vez mais seletivo onde as possibilidades se restringem a um grupo de indivíduos que se encontram aptos a atender a todas as exigências e transformações pelas quais as empresas passam. A realidade com que nos deparamos é que o perfil dos trabalhadores vem sendo modificado, exigindo cada vez mais um conjunto de competências e habilidades que leva a que grande parte da população seja excluída, essencialmente quando caímos na questão das pessoas com deficiência, que ao contrário do que se encontra pré-concebido, têm capacidades para desenvolver determinadas atividades desde que o seu posto de trabalho usufrua das condições necessárias para tal.

Foi já nesta lógica que em 1966 surgiu a criação de um Sistema de Formação e Emprego para as pessoas com deficiência, com o objetivo de resolver o problema da incapacidade, uma vez que era observável a carência de meios e condições adequadas à sua adaptação ou readaptação profissional. (Botelho, 2010)

Com um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, as exigências e resultados encontram-se configurados enquanto diferenciais decisivos na identificação e contratação de um profissional para a integração de uma equipe de trabalho. Esta conjuntura trás assim

Acesso ao mercado de trabalho: O caso das pessoas com deficiência mental

dificuldades de inserção profissional que atingem novos grupos de pessoas, e não apenas aqueles que se encontram particularmente desfavorecidos.

Segundo Botelho (2010) o Plano Nacional de Emprego foi também criado em 1998 com a intenção de implementar um conjunto de medidas que facilitassem a integração socioprofissional das pessoas com deficiência, como o apoio à colocação e acompanhamento pós-colocação, sistema de apoio ao teletrabalho, bem como a promoção do emprego domiciliário. Contudo, e nos dias que correm, é necessário ter em conta não só os handicaps que afetam as pessoas com deficiência, mas também ter presente a crise que a sociedade atual e capitalista atravessa, onde as desigualdades são ampliadas e aprofundadas, contribuindo para a cada vez maior perda de postos de trabalho.

O grau e o modo de inserção no mundo do trabalho são dimensões fundamentais da vida social, pois à participação na produção estão associados processos básicos das relações sociais, de desenvolvimento da identidade social, níveis de rendimento, padrões de consumo, reconhecimento social, referenciais de participação cívica e política, entre outros. As pessoas com deficiência apresentam menos oportunidades para competir num mercado de trabalho cada vez mais seletivo e exigente devido às suas incapacidades, pois dada a dificuldade e escassez de postos de trabalho, os empregadores centram-se num perfil que seja capaz de desenvolver um conjunto alargado de competências.

Relativamente ao mercado de trabalho, os percursos de inclusão são por si só excludentes, pois baseiam-se em critérios de acessibilidade ou de rejeição permanentes que impedem o acesso às pessoas com deficiência ou as confinam a programas muito específicos, isolando-as em riches protegidos. Deve-se criar, portanto, mecanismos reais de inclusão, uma vez que é através do trabalho que qualquer cidadão é capaz de incorporar em si próprio o mundo, acabando por produzir a sua plena humanização.

Deste modo, o sociólogo José Pastore (2007) defende que a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho é um processo que leva à sua própria aceitação como pessoa com competências.

A deficiência não é necessariamente um obstáculo inultrapassável no desempenho de uma atividade profissional pois, segundo Sousa (2007), estas pessoas tem por direito ser cidadãos igualitários sobretudo no que diz respeito ao trabalho, partindo do pressuposto que as empresas empregadoras tem em consideração as características que estas pessoas apresentam, assim como não desprezando as suas habilidades. Contudo, as pessoas com deficiência não apresentam um grupo homogêneo, o que faz com que a sua própria integração nem sempre seja a única e adequada resposta para todas as situações. (Fernandes, 2007)

As pessoas com deficiência enfrentam dificuldades no acesso ao trabalho, não apenas devido a barreiras físicas ou arquitetónicas, mas também devido às inúmeras barreiras sociais com que se deparam, visto que o mercado de trabalho se dirige a um certo público com determinadas características, não abrangendo quem delas se desvia.

Elas encontram assim limitações devido aos seus problemas funcionais ou aos próprios handicaps específicos que os caracterizam. Estes obstáculos podem dificultar fortemente a

Acesso ao mercado de trabalho: O caso das pessoas com deficiência mental

aquisição das competências necessárias para a inserção no mercado de trabalho, como dificuldades em adquirir a formação necessária, que se adapte às suas dificuldades particulares, permitindo que as suas capacidades técnicas e sociais sejam reconhecidas.

Atualmente, numa sociedade em constante transformação, as mudanças ocorrem com muita frequência e o mercado de trabalho tem vindo a assumir novos paradigmas com reflexos inequívocos na forma como as pessoas encaram os seus percursos individuais.

Neste sentido, para a inclusão das pessoas com deficiência é necessário que se adote uma atitude de maior flexibilidade e adaptabilidade por parte das empresas. Devemos aceitar a realidade sem criar barreiras, uma vez que a própria flexibilidade é considerada uma das competências imprescindíveis para a admissão de profissionais.

A decisão de admitir uma pessoa com deficiência enfrenta frequentemente preconceitos e resistências mentais de ideias pré concebidas relativamente à sua capacidade produtiva, à saúde e segurança destes, a própria imagem da empresa e ainda aos efeitos negativos que pode criar no ambiente de trabalho. O resultado é que o desemprego destas pessoas continua a ser mais elevado que a média da sociedade. Tendo em conta os números apresentados pela Assistência Médica Internacional (AMI) em Junho de 2009, refere que apenas 1% das pessoas com deficiência se encontrava empregada. (Martins, 2010)

Também a decisão por parte das empresas de abrirem postos de trabalho para este grupo populacional pode romper as barreiras que normalmente as excluem do mercado de trabalho e, conseqüentemente, do processo produtivo.

Torna-se essencial que as próprias empresas criem as suas estratégias de contratação de pessoas portadoras de deficiência, incrementando a diversidade e promovendo a igualdade de oportunidades para que todos possam desenvolver os seus potenciais. As empresas podem, e devem, assim ajudar neste sentido, uma vez reconhecida a potencialidade destas pessoas, criando também as condições essenciais de desenvolvimento profissional. No entanto, alguns desses postos de trabalhos encontram-se ligados a um sistema de quotas.

Este sistema de quotas faz parte da Lei 8.213/91 que determina que existe um número mínimo em cada empresa para pessoas com deficiência. Em Portugal essa quota de trabalhadores com deficiência para empresas privadas e para empresas públicas é de apenas 5%.

Partimos do princípio que a contratação destas pessoas em empresas apresenta-se como essencial para a inclusão social, levando a que ocorra uma diminuição do desemprego mas também as empresas acabam por ganhar visibilidade e credibilidade social, não sendo necessário realizar grandes adaptações na empresa, uma vez que nem toda a deficiência exige essas alterações. Neste sentido, as vantagens do sistema de quotas traz vantagens mútuas.

Esta questão, no entanto, poderá não ser tão linear, pois o sistema de quotas, estabelecendo um determinado padrão que deve ser seguido pelas empresas empregadoras, pode criar um ruche que proporcione uma forma de diferenciação entre pessoas consideradas normais e as pessoas que apresentam algum tipo de incapacidade.

Acesso ao mercado de trabalho: O caso das pessoas com deficiência mental

As pessoas com deficiência, segundo Capucha (2005) tornam-se similarmente excluídas relativamente às oportunidades de educação, formação, e outros bens e serviços sociais, limitando a autonomia e a igualdade de oportunidades.

Independentemente de se defender e de se encontrar inúmeras experiências que relatam a autonomia e a participação que a pessoa com deficiência tem na sua vida, persiste o problema da ausência de estruturas específicas para estes que, de certo modo, podem tornar-se um inaceitável fator de exclusão social.

Os inúmeros entraves existentes para deficitários tornam-se num fator de falta de motivação para sair de casa e integrar-se na vida da sua comunidade.

A perspetiva descrita pelas autoras Neves e Graça (2000), defende que a integração sócio-profissional das pessoas portadoras de deficiência não deve depender de um sentimento de solidariedade generalizado mas sim da consciencialização da sua contribuição sócio-económico positiva, tanta para a empresa como para o desenvolvimento do próprio país.

Tabela 4: Benefícios de inclusão de pessoas portadoras de deficiência nas empresas.

Imagem da Empresa	O prestígio que atualmente a contratação de pessoas com deficiência traz às empresas.
Ambiente de Trabalho	Reforço do espírito de equipa de seus funcionários, e o ambiente físico adequado atenua as deficiências e torna-se mais agradável para todos.
Produtividade	Se as pessoas portadoras de deficiência estiverem devidamente inseridas nas funções onde possam ter um bom desempenho.

Fonte: Manual do Instituto ETHOS “O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência.”

Tendo em conta as vantagens enumeradas no Manual do Instituto ETHOS⁸, a produção desempenhada por pessoas portadoras de deficiência supera, muitas vezes, as expectativas do início do contrato e, deste modo, o desempenho da empresa é impulsionado pelo clima organizacional positivo, pois os impactos positivos de empregar pessoas com esta natureza refletem-se sobre a motivação dos outros funcionários, levando a que os ganhos de imagem se fixem a longo prazo.

⁸ “O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência.”

Acesso ao mercado de trabalho: O caso das pessoas com deficiência mental

Os empregados com deficiência acabam por ajudar a empresa a ter acesso a um mercado significativo de consumidores com as mesmas características. Torna-se assim essencial evitar a segregação, prevenindo, de certo modo, alguns fatores de risco, apoiar os funcionários de modo a não excluí-los do convívio e não isolá-las em sectores únicos sem que elas tenham possibilidade de evoluir e de estar em contacto com os demais funcionários da empresa, fazendo surgir a comunicação inclusiva.

Deste modo, torna-se necessário assegurar as condições de interação das pessoas com deficiência com os funcionários da empresa e com todos os parceiros e clientes com os quais possa manter relacionamento, “o trabalho assume um lugar importante como atividade humana e como realidade social, devido à sua frequência e relevância na vida das pessoas” (Giordano 2000:50).

Tabela 5: Fatores em destaque da não inclusão de pessoas portadoras de deficiência.

Preconceito	Ainda existe confusão entre limitação parcial e incapacidade total das pessoas portadoras de deficiência.
Barreiras	Dificuldade de deslocação devido a vários obstáculos em prédios, transportes, espaços públicos.
Precariedade de Educação	Falta de qualificação que acaba por ser confrontada com as crescentes exigências do mercado de trabalho.

Fonte: Oportunidades de Trabalho para Portadores de Deficiência - José Pastore.

A melhoria do acesso ao mercado de trabalho por parte das pessoas com deficiência é uma condição que decorre da ação integrada desses mesmos trabalhadores, empregadores, contextos, e ainda da própria sociedade. (Fernandes, 2007)

A empregabilidade, segundo as autoras Neves e Graça (2000), vem-se tornando realidade, ainda que de forma incipiente, como resultado de um movimento social e político em defesa da garantia dos direitos humanos.

Acesso ao mercado de trabalho: O caso das pessoas com deficiência mental

Tabela 6: Sugestões de inclusão de pessoas portadoras de deficiência nas empresas.

Superação do Preconceito	A primeira providência a ser tomada por toda a hierarquia da empresa.
Trabalho certo para a pessoa certa	Identificar atividades em que possa exercer o seu trabalho sem prejudicar a sua performance.
Preparação do ambiente de trabalho	Tendo em conta providências físicas, educacionais e sociais.
Recrutamento e retenção	É necessário saber como manter a pessoas portadora de deficiência trabalhando.
Preparação do candidato	Não deve ser iludido nem ter presente a ideia de que esta sendo testado por um mero cumprimento da lei.
Explicação aos não recrutados	Deve ser bem explicado o porque da não admissão para que não se sinta discriminado.

Fonte: Oportunidades de Trabalho para Portadores de Deficiência - José Pastore.

O trabalho é atualmente um direito à cidadania e dignidade pessoal, tornando-se um objetivo de inclusão das pessoas com deficiência, “assumindo um lugar importante como atividade humana e como realidade social, devido à sua frequência e relevância na vida das pessoas” (Giordano, 2000:50).

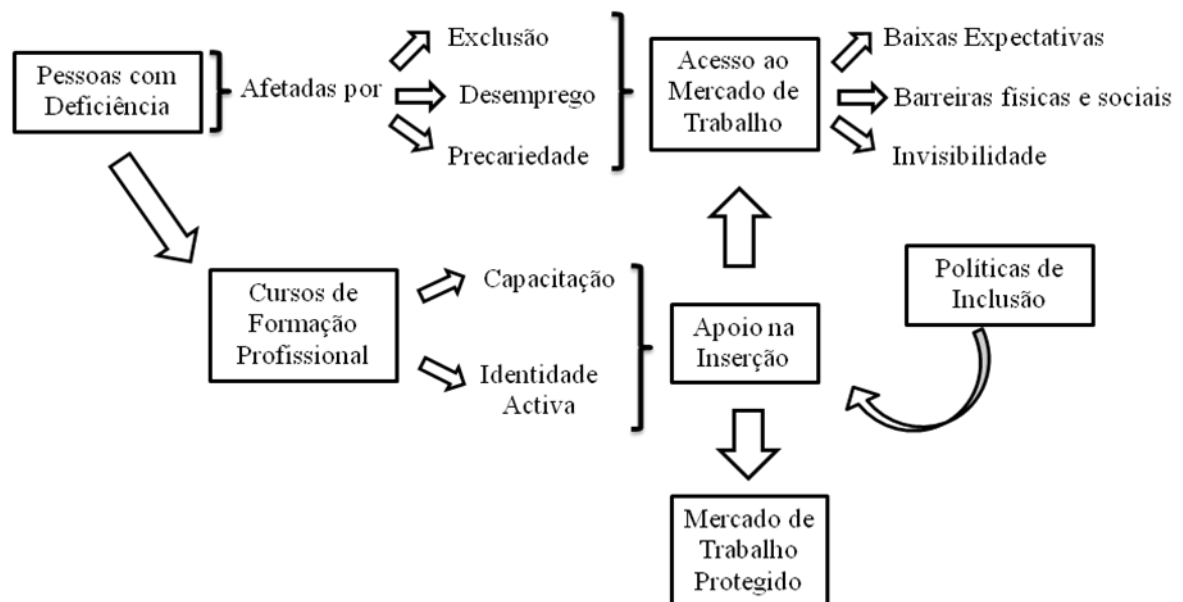
É então importante que todos os indivíduos se sintam integrados na sociedade a que pertencem, assim como é importante que todos tenham a mesma igualdade de oportunidades e direitos. Só deste modo estes se sentem com confiança para realizar e demonstrar as suas capacidades como ser socialmente ativo.

Parte II - Investigação Empírica

1. Modelo de Análise

A investigação tem como ponto de partida as pessoas com deficiência mental. Segundo as teorias referenciadas anteriormente, estas pessoas na nossa sociedade atual são alvo de exclusão social, desemprego e precariedade, o que dificulta o seu acesso ao mercado de trabalho, onde as baixas expectativas, as barreiras físicas e sociais, bem como a invisibilidade, se encontram vincadas.

Tendo presente a questão dos cursos de formação profissional existentes destinadas às pessoas com deficiência mental, o que se pretende é saber qual o impacto destas para o desenvolvimento da sua capacitação e identidade ativa e de que forma estes indivíduos se sentem capazes de desenvolver uma função, aproveitando este apoio para se inserirem no mercado de trabalho considerado normal ou num mercado de trabalho protegido, onde a existência de políticas de inclusão são fundamentais para todo este processo.



2. Metodologia de investigação empírica

Realizada a pesquisa documental, das leituras exploratórias e revisão da literatura, prossegue-se para a investigação empírica. Para proceder à sua realização é necessário determinar qual a metodologia mais adequada aos objetivos propostos para esta dissertação.

Tendo em conta a abordagem ao tema e objeto de estudo pretendida, consideramos que a metodologia mais adequada será a metodologia de carácter qualitativo, pois esta possibilita uma maior amplitude no âmbito das técnicas de investigação e é rica “em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais, conversas e de complexo tratamento estatístico. As questões a investigar são formuladas com o objetivo de investigar os fenómenos em toda a sua complexidade e contexto natural” (Bogdan, 1994:16). As técnicas e métodos a utilizar são os meios necessários para a prossecução da pesquisa empírica, neste sentido torna-se essencial perceber que o método “é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, como maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, (conhecimentos válidos e verdadeiros) traçando o caminho a ser seguido, detetando erros e auxiliando as decisões do cientista” (Marconi e Lakatos, 2000:83)

Apesar da expressão da pesquisa qualitativa ter assumido diferentes significados no campo das ciências sociais, compreendendo um conjunto alargado de técnicas interpretativas, esta tem como base a recolha de dados descritivos, bem como a sua análise criteriosa, remetendo essencialmente para o processo e não tanto para os resultados finais, ou seja, interessa-se pelo desenvolvimento do fenómeno em si e tudo o que ele acarreta. (Martins, 2010)

Definir a metodologia a utilizar é no fundo delinear, ou mesmo delimitar, o caminho pelo qual o investigador deve direccionar a sua pesquisa de investigação. Neste pressuposto, a opção pela metodologia compreensiva conseguirá levar ao entendimento das várias dimensões da vida social e profissional das pessoas com deficiência mental em estudo neste projeto de investigação.

No que diz respeito às técnicas, estas “são o conjunto de processos operativos, ou operações simples, que nos permitem pesquisar algo” (Oliveira, 2001:253). Deste modo, por técnica entende-se os instrumentos de trabalho usados tendo em vista a recolha e o tratamento dos dados retirados, enquadrando-os na base teórica anteriormente realizada.

A técnica de investigação empírica a ser utilizada será a técnica não documental, pois consiste na recolha de informação através da observação/experimentação e, neste sentido, tendo em consideração a população e problemática a estudar, a pesquisa empírica prender-se-á com a observação não participante. Esta permite a recolha de dados de modo a conseguir informações, utilizando os sentidos na obtenção de determinados aspetos da realidade.

Acesso ao mercado de trabalho: O caso das pessoas com deficiência mental

Relativamente à amostra selecionada, pretende-se abordar experiências pessoais de vida sobre a realidade da inserção e do acesso ao mercado de trabalho por parte das pessoas com deficiência mental, sendo importante para a análise todos os acontecimentos que possam ser focados relativamente ao seu percurso. Neste sentido, será impossível quantificar acontecimentos, mas sim percebê-los e analisá-los na sua íntegra.

De todo o conjunto de observações existentes, iremos focar especial atenção na observação não participante, onde o pesquisador toma contacto com o grupo a ser estudado sem se integrar nele, realizando a sua análise exteriormente, isto é, apesar de presenciar o facto, não se deixa envolver pelas situações, não querendo isto dizer que a observação não seja conscientemente dirigida e ordenada segundo o fim para que foi determinado.

Recorrer-se-á a entrevistas semi-diretivas, uma vez que estas permitem ter um guião com um conjunto de tópicos ou perguntas a abordar “ não sendo inteiramente abertas nem encaminhadas por um grande número de perguntas precisas” (Quivy e Campenhoudt, 2008:192) dando liberdade ao entrevistado **mas** não deixando, no entanto, que se disperse do objetivo central, isto é, a entrevista será reencaminhada sempre que o entrevistado se afastar dos objetivos da mesma.

Neste tipo de entrevistas não existe uma lista pré-definida de questões que possa ser rigorosamente seguida, existindo apenas um guia de tópicos que recorda ao entrevistador os termos sobre o que deve inquirir. Consideramos que é a melhor técnica para obter resultados da realidade acerca do acesso ao mercado de trabalho por parte de pessoas com deficiência mental, uma vez que permite que os entrevistados possam relatar as suas expectativas e experiências, de modo a recolher o maior número de informação pertinente para resultados da análise, sem que o foco da problemática seja disperso.

Neste sentido, uma das vantagens da entrevista é a sua adaptabilidade, o que permite um contacto direto com a pessoa que se está a entrevistar e um maior alcance de informação.

No decorrer das entrevistas, a serem aplicadas a pessoas com deficiência mental, é essencial ter atenção à formulação das questões, utilizando uma linguagem clara e objetiva a fim de possibilitar uma maior inteligibilidade das perguntas.

Deste modo, pretende-se tornar visível a realidade social da inserção que se acredita complexa, sendo por isso importante para esta análise perceber as especificidades e particularidades dos entrevistados relativamente à problemática em questão.

A pergunta central que este estudo se propõe dar resposta é se a formação profissional para pessoas com deficiência se apresenta como fator essencial para a inclusão destas no mercado de trabalho. Procurar-se-á também perceber qual o peso dos fatores sociais e estruturais na vida das pessoas com deficiência relativamente ao acesso ao mercado de trabalho.

2.1. Hipóteses de Trabalho

Orientados por estas questões de partida e pela revisão da literatura efetuada, levantam-se quatro hipóteses que nortearão o trabalho de pesquisa empírica:

- A inserção dos indivíduos com deficiência mental é feita mediante mecanismos de protecionismo social, o que indicia que apenas num mercado de trabalho protegido é viável a esta inserção.

- O processo de inserção é complexo e sinuoso, sendo prováveis os riscos de situações de precaridade laboral e desemprego. Este cenário é agravado pela atual conjuntura de crise económica.

- As pessoas com deficiência percebem estigma e baixas expectativas da sociedade em relação a si. O apoio dos programas de formação profissional contribui de forma crucial para o processo de autocapacitação e a construção pelo deficiente de uma identidade ativa.

- A formação profissional ministrada por entidades particulares representa um apoio incontornável na preparação das pessoas com deficiência mental no mercado de trabalho.

2.2. Instrumento de recolha de dados

Com base nas hipóteses formuladas e nas perguntas de partida anteriormente referenciadas, elaborámos o instrumento de recolha de dados que se apresenta dividido em 4 dimensões: os dados sociográficos, as expectativas e experiências no acesso ao mercado de trabalho, o processo de inserção no mercado de trabalho e a importância dos cursos de formação profissional. Apresentamos em seguida uma tabela com os indicadores para cada dimensão analisada:

Dimensão	Indicadores
Expectativas e experiências no acesso ao mercado de trabalho	Expectativas de acesso que tinham antes de começar a procurar emprego. Influência da atual crise económica no acesso ao mercado de trabalho. Tempo que esteve à procura de emprego. Situação atual de trabalho. Atividade que desempenha.
Processo de inserção no mercado de trabalho ⁹	Percurso profissional (postos de trabalho que já preencheu e duração). Inserção no mercado de trabalho através de trabalho protegido. Dificuldades com que se depara/ou na integração ao mercado de trabalho. Importância dos cursos de formação profissional para o ajudar nessa integração. Percepção sobre a forma como Mercado de Trabalho o vê. Percepção sobre a forma como a sociedade o vê. Na sua opinião o que deveria ser melhorado no apoio às pessoas com deficiência mental na sua integração no mercado de trabalho.

⁹ Relativamente às pessoas que se encontram desempregadas apenas alguns dos tópicos anteriores se encontram presentes

Acesso ao mercado de trabalho: O caso das pessoas com deficiência mental

<p>Importância dos cursos de formação profissional</p>	<p>Cursos de formação profissional frequentados antes de estar empregado.</p> <p>Cursos de formação profissional frequentados no momento atual.</p> <p>Importância dessas formações para a integração no mercado de trabalho.</p> <p>Importância destas formações para o processo de autocapacitação e construção de uma identidade ativa.</p> <p>Apoio da associação que frequenta ou frequentou para além da formação profissional.</p> <p>Importância desse apoio.</p>
--	---

3. Descrição dos dados recolhidos

No presente ponto será apresentada a síntese dos resultados obtidos nas entrevistas realizadas às pessoas com deficiência mental, destacando sobretudo as que se assumem como pertinentes para o estudo.

O grupo entrevistado é composto por 9 homens e 7 mulheres de várias localidades abrangendo as zonas Norte, Centro e Sul do País com idades entre os 19 e os 66 anos. Dos entrevistados, 13 estão ou estiveram ligados a instituições de apoio a pessoas com deficiência como a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM), Associação para o Desenvolvimento e Formação Profissional (ADFP), Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC) e Associação Para a Educação de Crianças Inadaptadas (APECI), Associação de Saúde Mental do Algarve (ASMAI), Associação de Pessoa Excepcional do Algarve (APEXA).

Idade	Sexo	Escolaridade	Residência	Formação	Situação de emprego
33	Feminino	9º ano	Miranda do Corvo	Sim	Empregada
37	Masculino	6º ano	Miranda do Corvo	Sim	Empregado
27	Masculino	12º ano	Coimbra	Sim	Desempregado
24	Feminino	9º ano	Coimbra	Sim	Desempregada
35	Masculino	6º ano	Fundão	Sim	Empregado
26	Feminino	9º ano	Fundão	Sim	Desempregado
25	Feminino	6º ano	Torres vedras	Não	Empregada
27	Masculino	7º ano	Torres Vedras	Sim	Empregado
28	Masculino	12º ano	Lisboa	Sim	Empregado
31	Masculino	9º ano	Lisboa	Sim	Desempregado
19	Masculino	9º ano	Lousã	Sim	Empregado
37	Feminino	6º ano	Lousã	Não	Empregado
66	Feminino	4º ano	Lousã	Não	Empregado
29	Masculino	9º ano	Silves	Sim	Desempregado
34	Masculino	6º ano	Porto	Sim	Empregado
23	Feminino	9º ano	Faro	Sim	Empregado

De forma a facilitar a compreensão, a análise será descrita por tópicos referentes a cada categoria analítica.

3.1. Emprego pelos cursos de formação profissional

Dos 16 entrevistados, 11 encontram-se empregados e destes apenas 3 não estiveram inseridos nos programas de formação profissional para pessoas com deficiência mental. Dos oito entrevistados empregados somente 2 obtiveram emprego através das formações profissionais. Segundo o entrevistado nº1 “foi através da associação que consegui estar a trabalhar com estas crianças, se não fosse assim acho que não tinha nada”. Também o entrevistado nº5 garante que “foi através desta formação que consegui que me chamassem para a empresa onde estou a trabalhar”.

Observamos que os restantes 6 entrevistados que se encontram empregados sem a ajuda direta das formações afirmam no entanto que “estas formações foram importantes, sempre nos dá uma ajudinha e conhecimento” segundo o entrevistado nº5, mesmo percebendo que a formação profissional não é o ponto de partida para a melhor e rápida integração no mercado de trabalho, como relata o entrevistado nº 15 “eu tive uma pequena formação de carpintaria que depois não deu bem para testar a minha técnica, mas através de amigos consegui trabalho e o que aprendi na formação ajuda sempre”.

Relativamente à escolaridade dos entrevistados, um tem o 4º ano, outro tem o 7º ano, cinco completaram o 6º ano, outros sete têm o 9º ano e apenas duas dessas pessoas têm o 12º ano, estudando todas elas através de curriculum alternativo e específico. Após a conclusão dos estudos a procura de emprego variou entre os 4 meses e os 4 anos para os entrevistados já empregados. Entre os entrevistados que ainda permanecem desempregados, atualmente o tempo de procura varia entre os 3 e 4 anos.

Quando abordada a questão das dificuldades com que se deparam na inserção no mercado de trabalho a falta de oportunidades e a desvalorização das suas competências são as circunstâncias mais referidas. Segundo o entrevistado nº2 “ as pessoas que dão trabalho preferem sempre as pessoas que julgam que são mais capazes”. As reações obtidas sobre este tópico mostraram algum nervosismo e descontentamento por parte dos entrevistados, pois o que estes mais precisam é de serem vistos e tidos como cidadãos comuns. A realidade mostrada pelo entrevistado nº4 é que “ainda há dificuldades de as pessoas acreditarem que sou capaz de trabalhar e desempenhar as minhas funções corretamente, depois de me explicarem o que devo fazer”. O entrevistado nº3 encontra-se ainda desempregado e vai mais longe afirmando que “não há oportunidades nem credibilidade em pessoas com limitações como o meu caso, não pondo de parte a ideia de um dia sair do país e tentar estudar uma língua”.

3.2. Apoios à inserção no mercado de trabalho

É notório que a intervenção e preocupação dos familiares e amigos é essencial para a integração destas pessoas no mercado de trabalho. Dos 11 entrevistados empregados, 6 referem estar empregadas devido à ajuda da sua rede social de contactos. O relato do entrevistado nº 2 é um exemplo disso: “primeiro trabalhei numa padaria de uns conhecidos e depois abriu falência e estive desempregado, depois o meu pai que trabalha na Câmara ajudou-me a entrar na Câmara como jardineiro e as formações ajudaram-me a desempenhar esse trabalho, mas sozinho não ia conseguir”.

Muitos entrevistados referem, com algum desalento, que sozinhos e por iniciativa própria, não conseguem encontrar um emprego adequando às suas necessidades, não lhes são dadas oportunidades e, neste sentido, relativamente às expectativas de trabalho, os entrevistados são unânimes e todos têm expectativas baixas ou muito baixas. O entrevistado nº 5 afirma que “o trabalho? Está muito mau isto, se não é algum apoio que alguém nos dê para ajudar, é mesmo complicado”. Também o entrevistado nº6 diz ser “cada vez mais complicado ter um trabalhito, há muita gente atrás do mesmo”. O que podemos analisar é que o mercado de trabalho encontra-se mais fechado e a procura pelo mesmo cresce, dificultando o acesso àqueles que carecem de maiores dificuldades e apoios. Dada esta situação atual no nosso país, as expectativas para estas pessoas “não podiam ser piores, realmente pensamos sempre no futuro, só que hoje pensar no futuro é apenas sonhar, não temos nenhuma garantias, expectativas mesmo muito baixas” como comenta o entrevistado nº14.

3.3. Os efeitos da crise económica atual na sua inserção

Quando se aborda sobre a conjuntura da crise económica atual e o acesso ao mercado de trabalho, as opiniões também não se dispersam muito. Todos os entrevistados empregados e desempregados partilham da ideia de que, se já era difícil, tendo em conta as suas características especiais, então com o agravamento da situação laboral com a crise tornam o acesso ao mercado de trabalho como que um procedimento quase impossível, tendo em consideração que se agravou, não só para eles, bem como para todo o resto da população. “Agora somos mais à procura do mesmo o que torna tudo mais difícil” diz o entrevistado nº8 com alguma tristeza, “acho que cada vez é pior encontrar trabalho, não só para pessoas com deficiência como para todas as pessoas que não mostram qualquer limitação”, acentua o entrevistado nº9.

A realidade sentida por estas pessoas é que, para além de si, “outras pessoas com mais experiências e cursos também procuram o mesmo que nós e certamente nos passam à frente quando surgem as ofertas” (entrevistado nº6). Estas pessoas, tal como todas as outras que fazem parte da sociedade, têm bem presente a informação que corre pelos media e por toda a rede social. O desemprego em Portugal, desde há bons anos, tem vindo a aumentar

gradualmente e, com o agravamento da crise económica nestes últimos anos, a tendência agudizou-se.

O facto destas pessoas com deficiência mental terem as suas limitações faz com que exista mais atenção nas suas competências e adaptações, não só a nível do trabalho a desempenhar, como também do próprio espaço físico. As suas habilitações literárias também não são elevadas, ganhando assim alguma experiência através das oportunidades dadas, muitas delas através dos próprios cursos de formação profissional existentes nas associações de apoio. Deste modo encontram inúmeras desvantagens quando concorrem de forma autónoma para postos de trabalho num mercado cada vez mais exigente e competitivo.

3.4. A perceção da sociedade e do mercado de trabalho

Através destas entrevistas, percebemos de uma maneira mais indireta que estas pessoas com deficiência mental, tendo em conta a sua dificuldade ao conseguirem um emprego, procuram dedicar-se muito e o seu desempenho é elevado, uma vez que valorizam o seu posto de trabalho, visão que os empregadores não têm, nem a própria sociedade em geral, pois “primeiro somos vistos de maneira diferente, depois as oportunidades são poucas e dessas poucas nós ficamos sempre para o fim, é uma tristeza porque só o nosso esforço não chega” (entrevistado nº14)

Nesta prossecução torna-se essencial perceber qual a perspetiva destas pessoas relativamente ao modo como o mercado de trabalho e a sociedade em geral os vê. Como já foi referido anteriormente, as opiniões são similares, mostrando que a discriminação ainda se encontra bastante presente: “ainda existe quem nos veja como coitadinhos que não sabem fazer nada, ainda existe alguma falta de respeito ligada à discriminação” (entrevistado nº5)

Ainda neste seguimento, o entrevistado nº6 advoga que “as pessoas por vezes não sabem como lidar com pessoas com deficiência, a verdade é que por mais que nos queiram tratar de igual não conseguem, existe sempre o receio de não sermos capazes, de sermos coitados que necessitam sempre de ajuda de alguém por perto, se não nada fazemos”.

Perante estes testemunhos, podemos salientar que estas pessoas, apesar de algum apoio por parte da sua rede de amigos e familiares, ainda sentem o estigma da sociedade, quando apenas idealizam ter o mesmo respeito e igualdade como todos os outros cidadãos. Necessitam sentir-se úteis, contudo, o entrevistado nº9 realça que “ainda se nota a discriminação, hoje em dia a nossa aparência é muito importante, vende-se a imagem e depois existe o receio de ter pessoas como eu a trabalhar... não nos vêem como competentes”

O entrevistado nº 10 acaba por abordar esta questão de uma forma mais irónica, questionando os mecanismos sociais, “(..) mas que sociedade é esta? Somos pessoas que não sabem nada, olham como pessoas diferentes que não servem para nada porque têm que ter sempre uma certa dependência... e então? Todos acabamos por ter, de uma maneira ou outra, e as coisas não são bem assim como dizem”.

Acesso ao mercado de trabalho: O caso das pessoas com deficiência mental

O que se pode analisar é que, apesar de haver mais informação sobre estas pessoas e existirem casos de sucesso e competência, tende-se a ignorar e manter o estigma, acabando por meter os indivíduos em grupos com determinadas características, quando se devia tentar mudar essas ideias pré-concebidas. O entrevistado nº 16 demonstra com convicção que “olham para mim de maneira diferente... eu sou diferente...eu...quer dizer, tenho mais dificuldades mas também sei fazer coisas e isso as pessoas não acreditam e aí eu acho que nos deviam conhecer, perceber como somos e não julgar logo”.

3.5. Desempregados e a inserção

A perspetiva dos entrevistados que se encontram em situação de desemprego vai ao encontro dos testemunhos anteriores, mas com um sentimento de revolta mais presente, salientando que “cada vez é mais difícil ir a uma entrevista de emprego dado as exigências que pedem e ainda é pior quando dão conta que somos pessoas com alguma limitação, sem se focarem essencialmente nas nossas capacidades. Existe ainda falta de mais informação e muita discriminação social no que toca ao trabalho para pessoas como nós” (entrevistado nº 3). Também o entrevistado nº14 garante ter sido muito difícil arranjar ocupação e trabalho ao longo dos anos, dizendo que “a sociedade tem de acordar para ajudar mais as pessoas especiais porque ainda está muito fechada, falta informação e então somos vistos como os mais fracos”.

3.6. Trabalho protegido

Tendo em conta que estas pessoas não crêem muito nas empresas empregadoras e na sua inserção no mercado de trabalho pelos mecanismos normais, foi colocada a questão do trabalho protegido para os entrevistados empregados, possibilitando a sua integração social e económica, bem como desenvolver as suas competências profissionais para posteriormente ser possível a transição destes para o mercado normal de trabalho. O que foi notório é que a maioria dos entrevistados não sabia o que se entendia por trabalho protegido.

Mesmo explicando em que consistia, as respostas iam sempre ao encontro da ajuda de amigos e familiares. Muitos dos entrevistados encontram-se empregados em locais onde estão amigos a gerir ou por insistência de familiares, existindo apenas um pequeno grupo de entrevistados que trabalham em locais onde grande número de funcionários têm deficiência, explicando que “esta empresa onde estou agora abrange todo o tipo de trabalhador capaz e adapta as funções a cada um” (entrevistado nº9). Também o entrevistado nº15 tenta explicar que “eu faço o que me pedem e recebo como os outros, há mais pessoas como eu lá a trabalhar... apenas têm mais paciência para mim porque o meu ritmo nem sempre é o que se espera... não porque não tento mas... é que não consigo mesmo, mas eles não se chateiam comigo”.

Neste sentido, e apesar da incompreensão sobre o trabalho protegido, nota-se que existem entrevistados abrangidos por esse mesmo emprego,: “eles aqui têm as coisas de maneira a que a gente consiga trabalhar” (entrevistado nº12)

3.7. Importância dos cursos de formação profissional

De seguida direccionamos a nossa análise para a importância dos cursos de formação profissional como forma de integração no mercado de trabalho. Como já foi referido anteriormente, apenas 3 dos entrevistados nunca usufruíram do programa de formação profissional, todos os outros frequentaram um ou mais, como ajudante de cozinha, auxiliar de crianças, auxiliar administrativo, olaria, pastelaria, jardinagem/floricultura, carpinteiro e informática. Apesar de considerarem ter retirado conhecimentos importantes destas formações, os entrevistados empregados, após a formação, não conseguem obter emprego nessas áreas: “este curso no entanto ainda não me abriu muitas oportunidades” (entrevistado nº3), “sempre aprendemos coisas novas mas no entanto não trazem resultados de melhor integração” (entrevistado nº14)

No entanto, estas formações contribuem de forma crucial para o processo de autocapacitação e construção de uma identidade ativa, como refere o entrevistado 9: “as formações são uma acreditação de competências em papel, assim sempre acreditam mais nas nossas capacidades e que realmente podemos exercer aquela função, é bom percebermos que realmente somos capazes e que deste modo podemos tentar a sorte e mais, podemos construir família e organizar vida”

Ao longo das várias entrevistas percebemos que, para estas pessoas, pensar em ter uma identidade profissional é fundamental, sentirem-se capazes, participarem na vida ativa da sociedade é muito importante, “(...) vi que não sou assim como dizem, incapaz. Eu afinal consigo fazer coisas e isso faz bem, sinto-me feliz” (entrevistado nº11)

As formações profissionais têm assim o lado da descrença, de não ajudarem diretamente na integração no mercado de trabalho, no entanto acabam por satisfazer e dar ânimo no que diz respeito à autoconfiança. Estas pessoas acabam por aprender, sentirem-se capazes e esperar resultados, como diz o entrevistado nº3: “é uma realização saber que sou útil e que faço algo para o meu benefício, não só ocupacional como monetário”. Também o entrevistado nº2 acrescenta que estas formações “ajudam para acreditarem melhor em nós e assim desempenhar um trabalho remunerado para vivermos melhor”. Ser independente é algo que todos os entrevistados idealizam, contudo, faltam as oportunidades, pois só a sua confiança e vontade de integração não chega, e até conseguirem algo, continuam a frequentar outros cursos de formação profissional.

Conclui-se que estes cursos apenas tiveram relevância na integração de duas pessoas no mercado de trabalho, sendo “através destas formações que consegui trabalho na associação” como refere o entrevistado nº1. Já para a maioria dos entrevistados, os cursos

ajudam nas competências e nada mais “(...) não ajuda muito na integração profissional porque a maior parte das pessoas não liga para isso” (entrevistado nº8).

A realidade vivida nos dias que correm é que, quanto mais sofisticado for o trabalho, mais barreiras para as pessoas com deficiência. Numa economia familiar sem a presença da competitividade, estas pessoas poderão ter espaço para o trabalho, no entanto numa sociedade marcada pela competitividade onde o mundo dos desempregados é elevado, esse espaço para o trabalho torna-se praticamente inexistente, quando estas se encontram sem o apoio da sua rede. Apesar dos cursos de formação profissional procurarem que os seus formandos adquiram competências profissionais, desenvolvimento de competências pessoais de relacionamento e cidadania, bem como tornarem-se autónomos no quotidiano, estas ações, na sua maioria, não são postas em prática.

3.8. Apoios das associações

Para além dos cursos de formação profissional, as associações acabam por dar outro tipo de apoio. Segundo o entrevistado nº6 “acaba por apoiar na construção de uma ideia positiva de nós próprios, ajuda sempre em algo que seja necessário e que por vezes sozinhos não conseguimos fazer”, especificando o entrevistado nº16 “eles lá ajudam e ensinam também a chegar a horas e a ser organizada nas tarefas. Eu tenho vergonha de falar com as pessoas mas... na associação ensinam como falar nas entrevistas e assim”. Tudo o que aprendem é importante pois sentem-se com força e capacidades para poder desenvolver atividades e funções no mercado de trabalho.

Nem todas as pessoas com deficiência mental podem participar nos programas de formação profissional, dado o seu grau de dependência, e neste sentido, as associações referidas acabam por “ajudar na ocupação do tempo das pessoas, leva a passear e assim, toma conta delas e ajudam no que for preciso” (entrevistado nº10). Estas pessoas defendem que “esse apoio já é bom para nós, as associações acabam por fazer um acompanhamento do nosso percurso e ajudar no que for preciso” (entrevistado nº9)

No que diz respeito às opiniões sobre as associações e às formações profissionais é, por um lado, de descrença, pois os resultados de integração no mercado de trabalho não são os melhores, por outro lado de gratificação, pois o que aprendem e o apoio que recebem é importante para se sentirem bem e com confiança para seguir em frente e para enfrentar as barreiras e dificuldades que vão surgindo. Uma vez falando em *handicaps*, analisámos de seguida as opiniões sobre o que deveria ser melhorado no apoio às pessoas com deficiência mental na sua integração no mercado de trabalho. Neste ponto são focadas, com relevância, as leis, apoios e informação sobre as características destas pessoas.

Segundo o entrevistado nº14, “devia ser melhorado tanta coisa... acho, mais uma vez, que as oportunidades que nos dão são muito poucas, também o apoio financeiro não é o suficiente, se por um lado queria trabalhar para também juntar algum, por outro lado acabo por ter pouco que me ajude a conseguir algo para melhorar o acesso ao mercado de

trabalho... é triste e... muito difícil. As pessoas pensam pouco nos deficientes e depois é no que dá, pessoas que já tem limitações e ainda lhes criam mais, é uma tristeza, por mais que gostasse de ter uma e construir uma vida como os outros, acabo por continuar dependente dos meus pais, nem imagino o que seria de mim sem a ajuda deles”. Também o entrevistado nº9 defende o mesmo e acrescenta que “as empresas deviam ter mais políticas de inclusão de pessoas com deficiência, mais apoio para desenvolvermos e mostrar-mos as nossas capacidades e as pessoas deveriam andar mais bem informadas e não discriminar tanto porque... somos seres todos iguais, cada um com as suas falhas e limitações, mas também com os seus valores e capacidades”.

Estas opiniões são unânimes, os entrevistados acabam por sentir as mesmas necessidades e obstáculos, precisam de bastante apoio pois “as pessoas tratam-me de maneira diferente e não percebem que só queremos ser pessoas como as outras, com os mesmos direitos e oportunidades, porque na verdade somos isso mesmo, pessoas com uma vida” (entrevistado nº8).

4. Análise dos dados recolhidos por confronto com as hipóteses de trabalho

Após a análise dos dados recolhidos através das entrevistas, é necessário proceder ao estudo mais detalhado das hipóteses formuladas anteriormente, no sentido de as confirmar ou infirmar e de refletir sobre a pertinência da problemática estabelecida.

A primeira hipótese de trabalho aventava que “a inserção dos indivíduos com deficiência mental é feita mediante mecanismos de protecionismo social, o que indicia que, apenas num mercado de trabalho protegido é viável esta inserção”. O que podemos retirar da análise das entrevistas obtidas é que nenhuma destas pessoas passou por um processo linear de inserção no mercado de trabalho, o que confirma a hipótese levantada. Dos entrevistados empregados no momento, três estão em organizações com algum tipo de apoio a pessoas com deficiência e os restantes encontraram o actual posto de trabalho por recurso a apoios de familiares e amigos. Podemos assim concluir que na população estudada, o alcance os mecanismos de protecionismo oficiais são reduzidos e a inserção no mercado de trabalho dependeu, na maior parte dos casos analisados, da solidariedade de familiares, amigos e conhecidos.

Observamos que ainda são poucas as empresas que empregam e criam as condições necessárias para ter funcionários com estas características, contudo as que existem são essenciais para ajudar estas pessoas a criarem competências, responsabilidades e dar-lhes a hipótese de ter uma vida autónoma. Neste sentido percebemos que atualmente estas pessoas tendencialmente encontram as suas oportunidades através do apoio da sua rede de familiares e amigos, bem como num mercado de trabalho protegido.

Acesso ao mercado de trabalho: O caso das pessoas com deficiência mental

Tendo em conta a fraca inserção das pessoas com deficiência mental, a segunda hipótese refere que “o processo de inserção é complexo e sinuoso, sendo prováveis os riscos de situações de precaridade laboral e desemprego. Este cenário é agravado pela atual conjuntura de crise económica”, a realidade analisada é que não existem perspectivas de um futuro favorável. Arranjar emprego com as suas características e todas as exigências já não era fácil e a crise veio dificultar essa acessibilidade, pois abrange um maior número de pessoas num mercado de trabalho cada vez mais fechado, com baixas oportunidades.

Os entrevistados empregados tiveram a sorte de conseguir algo através dos seus conhecidos e procuram ativamente manter os actuais postos de trabalho pois defendem que ir a entrevistas é hoje muito difícil, a crise agravou o que já se encontrava mau. É de destacar que cinco entrevistados estão em situação de desemprego prolongado, o que representa praticamente um terço da população estudada e que os percursos profissionais dos entrevistados empregados se pautou por dificuldades na obtenção do primeiro trabalho. Estes dados vão no sentido da confirmação da segunda hipótese de trabalho sendo que se constata que a inserção profissional da população estudada tem sido um processo de inserção complexo e sinuoso que a crise, sem dúvida, veio agravar.

Nesta prossecução, a terceira hipótese aventava que “as pessoas com deficiência percebem estigma e baixas expectativas da sociedade em relação a si. O apoio dos programas de formação profissional contribui de forma crucial para o processo de autocapacitação e a construção pelo deficiente de uma identidade ativa”.

Segundo os dados obtidos, estas pessoas dizem sentir a discriminação e os olhares da sociedade, ainda se consideram vistas como pessoas incapazes de desempenhar qualquer função, uma vez que existe a ideia de que são dependentes de terceiros em tudo o que fazem, no entanto a verdade é outra. Dependendo do seu grau de incapacidade, estas pessoas com deficiência mental encontram-se aptas ou não para desenvolver determinadas tarefas.

Os cursos de formação profissional surgem assim com o intuito de os ajudar na sua inserção no mercado de trabalho. O que foi observado é que apesar de a inserção não ser reflexo dessas formações, estas ajudam não só na ocupação do tempo, como ensinam e ajudam estas pessoas a conhecer e a trabalhar em algo concreto e a ter em consideração as responsabilidades e horários. Neste sentido sentem-se úteis e capazes, afirmando que são formações essenciais de autocapacitação e construção de uma identidade ativa, o problema aqui é que os empregadores e a sociedade em geral não vêm isso, faltando deste modo as oportunidades para estas pessoas mostrarem as suas competências e assim se inserirem no mercado de trabalho, ganhando alguma autonomia e dependência.

Por fim, a última hipótese diz que “a formação profissional ministrada por entidades particulares representa um apoio incontornável na preparação das pessoas com deficiência mental no mercado de trabalho”. O que se retira da informação conseguida é que, apesar de frequentarem estes cursos de formação profissional, não se encontram a trabalhar na mesma área, tendo em conta que a maioria dos entrevistados trabalha em locais e em funções diferentes, conseguidas através da ajuda de familiares e amigos, e não por terem uma

Acesso ao mercado de trabalho: O caso das pessoas com deficiência mental

formação no seu currículo. Estes são essenciais à integração social e melhoria da autoestima, como já foi referido anteriormente, no entanto, não são um apoio incontornável na preparação destas pessoas para o trabalho, uma vez que acabam por desempenhar outras funções.

Alguns dos entrevistados encontram-se empregados sem terem qualquer tipo de formação, assim como existem os que tem alguns cursos de formação profissional e ainda se encontram desempregados. Estas formações profissionais ministradas por entidades particulares deveriam ter um papel mais relevante na questão do apoio e encaminhamento das pessoas com deficiência mental no mercado normal de trabalho, mas a realidade é que isso não se verifica.

Por fim podemos dizer que as três primeiras hipóteses se confirmam e apenas a última hipótese não é confirmada.

5. Considerações Finais

A presente investigação procurou contribuir para o debate e análise da existência dos programas de formação profissional para pessoas com deficiência mental e a sua relação com a inserção no mercado de trabalho.

A questão da deficiência é uma questão social relevante, pois é uma condição que pode existir na vida de qualquer pessoa, a qualquer momento da sua existência. Segundo Siebers (2006) apenas 15% das pessoas portadoras de deficiência nascem com a sua incapacidade, no entanto tendemos a pensar na deficiência como uma característica exclusiva de determinadas pessoas que, por diversas razões nascem assim, no entanto é essencial que se perceba que a maioria de nós enfrentará, mais tarde ou mais cedo, uma ou outra forma de incapacidade, seja devido a um acidente, uma doença, ou à velhice. As pessoas com deficiência são frequentemente vítimas de discriminação, devido ao preconceito e à ignorância ainda existente na sociedade.

Neste sentido, discutir sociologicamente o conceito de pessoa com deficiência torna-se complexo, visto que a situação de deficiência acarreta tremendas implicações reais e simbólicas. Afigura-se-nos particularmente pertinente refletir sobre a questão, contextualizada no atual momento sócio-económico e perceber de que forma a situação de crise e de desemprego se refletem nesta população já anteriormente em risco de exclusão.

Num modelo de sociedade inclusiva todas as pessoas deveriam integrar de forma ativa o mercado de trabalho, de modo a obter a sua autonomia, até porque esta autonomia torna-se também uma aquisição de estatuto social, como defende Capucha (2003) no entanto, a integração das pessoas com deficiência mental no mercado normal de trabalho é praticamente inexistente. Apesar da existência de cursos específicos de formação profissional, para que possam desenvolver mais competências, os resultados pós formações não é o desejável, sendo assim pertinente verificar qual a importância e o real impacto dos programas de apoio à inserção no mercado de trabalho, constatação que esteve na génese da conceptualização desta investigação.

O que se verificou através do trabalho empírico é que, apesar de as pessoas com deficiência mental entrevistadas acharem importantes as formações profissionais que frequentaram, a realidade é que elas não tiveram verdadeiro impacto no seu processo de inserção no mercado de trabalho. Esta inserção é feita maioritariamente mediante o apoio da família e dos amigos e alguns mecanismos de protecção social, o que indica que a sua inserção é relativamente viável num mercado de trabalho protegido mas que a formação profissional não cumpre o seu objectivo de capacitação para o mercado de trabalho. Adicionalmente constatámos que o processo de inserção desta população é particularmente complexo e sinuoso, sendo particularmente acentuado o risco de desemprego. Este cenário é

Acesso ao mercado de trabalho: O caso das pessoas com deficiência mental

agravado pela atual conjuntura de crise económica que atualmente abrange a grande parte da sociedade.

O que se verifica é que a formação profissional ministrada por entidades particulares não representa um apoio incontornável na preparação das pessoas com deficiência mental no mercado de trabalho. Muitas destas formações servem para melhorar as capacidades destas pessoas, bem como ocupar parte do seu tempo, no entanto, não lançam estas para o mercado de trabalho, o que faz com que a maior parte tenha que recorrer a ajuda de conhecidos para conseguirem uma oportunidade de emprego ou terem a sorte de morar em locais onde existem lojas ou empresas que recrutem pessoas com características especiais. Dos entrevistados, praticamente todos acabam por exercer funções em áreas diferentes às formações que adquiriram.

Não obstante, para estas pessoas estar empregado é um aspeto de enorme relevância. Para além do reconhecimento social que o emprego proporciona, também trazem condições sócio-económicas e psicológicas primordiais para a sua participação na sociedade. A maioria das pessoas com deficiência mental continua a tentar realizar o seu objetivo de inserção no mercado de trabalho, contudo, a escassez de oportunidades profissionais para estas pessoas é notória, num meio, a nível económico e tecnológico cada vez mais evoluído, onde estas pessoas mostram algumas dificuldades de ordem cognitiva, que impedem a habilidade e agilidade tantas vezes requeridas, onde a própria imaturidade socio-emocional condiciona a sua evolução.

A presente investigação visa dar a conhecer a realidade vivida pelas pessoas com deficiência mental no que se refere ao acesso ao mercado trabalho, bem como contribuir para o conhecimento do modo como a nossa sociedade se encontra organizada, relativamente a este assunto. Esta problemática reflete uma realidade que as pessoas tendem a ignorar mostrando que a discriminação ainda se encontra bastante presente nos dias de hoje e que as oportunidades são bastante diminutas para as pessoas com capacidades reduzidas, focando a falta de políticas de apoio e de incompreensão por parte dos empregadores.

Apesar de a Sociologia contribuir ainda relativamente pouco em termos de teoria sistemática e pesquisa para o estudo da deficiência, (Pereira, 2008) a tendência recente dos estudos sobre a Deficiência e da Sociologia é a de avançar no seu debate. (Pereira, 2006). Acreditamos que o papel da Sociologia na discussão científica destas questões é muito relevante e pode contribuir para a desconstrução dos estereótipos existentes.

Consideramos que os resultados obtidos foram satisfatórios do ponto de vista científico e que a problemática apresentada se revelou profícua numa primeira abordagem à questão da inserção no mercado de trabalho de pessoas com deficiência mental contudo será importante aprofundar mais questões como as vivências profissionais, o desempenho e a motivação, que emergem dos dados recolhidos como interessantes pistas para a caracterização e compreensão desta situação social.

6. Bibliografia

Actas do VI Congresso Português de Sociologia. (2008) *Pessoas com deficiência e incapacidades - Um inquérito Nacional*, Lisboa

Bogdan, R. & Biklen, S. (1994) *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto, Porto Editora

Botelho, A. (2010) *As Políticas Sociais para a Inserção de Grupos em Desvantagem face aos Mercados de Trabalho: A Génese da Resposta Sistémica do Estado Português*. Tese de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa

Capucha, L. (2003) *Modernidade versus Vulnerabilidade: A sobrevivência de grupos vulneráveis face às exigências da modernidade*. Revista Integrar, nº21 e 22, pp.19-28

Castel, R. (1995) *Les Métamorphoses de la question sociale*, Paris, Fayard

Dias, V. (2005) *Os cidadãos deficientes perante o risco da exclusão social e a oportunidade (s) de inclusão/inserção social*. Leiria, Congresso de Serviço Social

Fernandes, C. (2007) *Empregabilidade e Diversidade no Mercado de Trabalho - A Inserção Profissional de Pessoas com Deficiência in Integração das Pessoas com Deficiência*. Cadernos Sociedade e Trabalho, nº8, pp. 101-113

Fontes, F (2010) *Pessoas com deficiência e políticas sociais em Portugal: Da caridade à cidadania social*. Revista Critica de Ciências Sociais, nº86, pp. 73-93

Freire, J. et al (2000) *Atitudes face ao emprego, trabalho e tempo livre: os processos de motivação para o trabalho, a formação e a iniciativa*, Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional

Acesso ao mercado de trabalho: O caso das pessoas com deficiência mental

Gil, M. Coord. (2002) *O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência*. Instituto Ethos: Empresas e Responsabilidade Social, São Paulo

Giordano, B. (2000) *(D)eficiência e trabalho: analisando suas representações*. São Paulo, FAPESP

Godinho, R. (2007) *O Estado da Arte das Políticas Públicas em Portugal: Oportunidades e Desafios para as Pessoas com Deficiência in Integração das Pessoas com Deficiência*, Cadernos Sociedade e Trabalho, nº8, pp. 131-154

Grint, K. (1998), *Sociologia do Trabalho*, Lisboa, Instituto Piaget

Hespanha, P. & Carapineiro, G. orgs. (2001) *Risco Social e Incerteza: Pode o Estado Social Recuar Mais*. Porto, Ed. Afrontamento.

Manton, M. (1997) *A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo, Ed. Memnon

Marconi, M. & Lakatos, E. (2003) *Fundamentos de Metodologia Científica.*, 5ª Edição, São Paulo, Editora Atlas

Martins, A. (2010) *Cidadanias Esquecidas: O caso de pessoas com deficiência*. Tese de Mestrado, Universidade da Beira Interior

Neves, A. Coord. (2000) *Inserção no mercado de trabalho de populações com especiais dificuldades*. Lisboa, DGEFP

Oliveira, M. et al (2001) *Sociologia*. 1ª Edição, Lisboa, Texto Editora

Pastore, J. (2007) *Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência*. Brasil, LTR

Acesso ao mercado de trabalho: O caso das pessoas com deficiência mental

Pereira, A. (2006) *O corpo(-) Sentido: Reflexão sobre a deficiência e doença crónica*, O caso dos Trabalhos.

(Internet) Disponível em <http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n2/ensaios.php> (Consult. 23 de Março 2012)

Pereira, A. (2008) *Viagem ao Interior da sombra: deficiência, doença crónica e invisibilidade numa sociedade capacitista*. Tese de Mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Pereirinha, J. (2008) *Politica Social: Fundamentos da Actuação das Políticas públicas*. Lisboa, Universidade Aberta

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2008) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 5ª Edição, Lisboa, Gradiva Editora

Ribas, J. (1995) *Viva a diferença: convivendo com as nossas restrições ou deficiências*. São Paulo, Moderna

Santos, B. (1999), *A Construção Multicultural da Igualdade e da Diferença*. *Oficina do CES*, n.º 135, pp. 1-61

Santos, B. & Ferreira, S. (2002) *A reforma do Estado-Providência entre Globalizações conflituantes* in Hespanha, P. & Carapinheiro, G. (org), *Risco Social e incerteza: pode o Estado social recuar mais?* Porto, Edições Afrontamento

Siebers, T. (2006), *Disability In Theory: From Social Constructionism To The New Realism Of The Body* in Davis, L. (org), *The Disability Studies Reader*. New York, Routledge

Silva, N. & Dessen, M. (2001) *Deficiência Mental e Família: Implicações para o desenvolvimento da criança*, Vol.17, *Teoria e Pesquisa*, n. 2, pp. 133-141

SNR (1995), *Normas sobre igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência*, Lisboa, Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência

Sousa, J. (2007) *Deficiência, Cidadania e Qualidade Social por uma Política de Inclusão das Pessoas com Deficiência e Incapacidades*, in Integração das Pessoas com Deficiência, Cadernos Sociedade e Trabalho, nº8, pp. 38-56

Trevisan, A. (2001) *As exigências e transformações do mercado de trabalho neste novo milénio*. (Internet) Disponível em http://www.ciee.org.br/portal/estudantes/pdf/CIEE-Entrev_Trevisan.PDF (Consult. 18 de Abril 2012)

Veiga, C. (2003) *As regras e as práticas: Factores organizacionais e transformações na política de reabilitação profissional das pessoas com deficiência*, Tese de Doutoramento, Universidade do Minho

Sites Utilizados

Observatório de desenvolvimento social - Disponível em <http://www.insercoes.com/observatorio/> - 16 de Novembro de 2011

Diário da República (2010) - Disponível em http://www.redesolidaria.org.pt/legislacao/rcm97_2010_undef.pdf - 22 de Dezembro de 2011

Anexos

Guião de Entrevista

Número de Entrevista: _____

Duração da Entrevista: _____

Local da Entrevista: _____

Nome do Entrevistador: _____

Sexo: _____

Idade: _____

Habilitações Literárias: _____

I - Expectativas do mercado de trabalho

Parte 1 (empregado)

1 - Quais as expectativas relativamente ao acesso ao mercado de trabalho?

2 - Considera que a conjuntura da crise económica veio dificultar ainda mais o acesso das pessoas com deficiência mental na procura de emprego?

3 - Encontra-se empregado de momento?

4 - Qual a atividade que desempenha?

5 - Quanto tempo esteve à procura de emprego?

6 - Antes de estar empregado frequentou algum curso de formação profissional?

7 - Achou essencial essa formação para a sua integração no mercado de trabalho?

Parte 2 (desempregado)

- 1 - Quais as expectativas relativamente ao acesso ao mercado de trabalho?
- 2 - Há quanto tempo procura emprego?
- 3 - Considera que a conjuntura da crise económica veio dificultar ainda mais o acesso das pessoas com deficiência mental na procura de emprego?
- 4 - O que é que para si pode dificultar ainda mais o seu acesso?

II - Inserção no mercado de trabalho

- 1 - Já esteve empregado alguma vez?
- 2 - Quanto tempo permaneceu a trabalhar?
- 3 - A sua inserção no mercado de trabalho foi através de trabalho protegido?
(Onde trabalhou; tipo de contracto; benefícios...)
- 4 - Quais as principais dificuldades com que se depara na integração ao mercado de trabalho?
- 5 - Sentiu necessidade de frequentar os cursos de formação profissional para o ajudar nessa integração?
- 6 - Como acha que o Mercado de Trabalho o vê? E a sociedade em geral?

III - Cursos de formação profissional

- 1- Frequenta algum curso de formação profissional?
- 2 - Onde se encontra a tirar essa formação (Instituição)?
- 3 - Quantos cursos de formação profissional frequentou até ao momento?
- 4 - Que tipo de cursos frequentou e frequenta (Cozinheiro, Pedreiro, Eletricista...)?
- 5 - Quais os resultados e importância que retira dessas formações?
- 6 - Estas formações contribuem de forma crucial para o processo de autocapacitação e construção de uma identidade activa?
- 7 - O facto de frequentar estes cursos teve alguma relevância na integração no mercado de trabalho?
- 8 - A associação que frequenta ou frequentou apoia de alguma outra forma para além da formação profissional? Em quê?
- 9 - Como considera esse apoio?
- 10 - Na sua opinião o que deveria ser melhorado no apoio às pessoas com deficiência mental na sua integração no mercado de trabalho.